

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GRACIELLE CRISTINA DE OLIVEIRA PEDRO MARTINS

**SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: A EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA
DE ESPORTE E EDUCAÇÃO CAMPEÕES DA VIDA**

FLORIANÓPOLIS

2014

GRACIELLE CRISTINA DE OLIVEIRA PEDRO MARTINS

**SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: A EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA
DE ESPORTE E EDUCAÇÃO CAMPEÕES DA VIDA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. D^{ra}. Michelly Laurita Wiese.

FLORIANÓPOLIS

2014

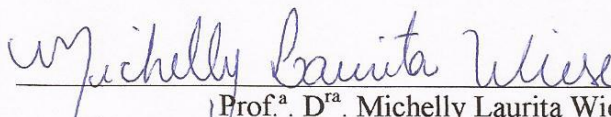
GRACIELLE CRISTINA DE OLIVEIRA PEDRO MARTINS

**SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: A EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA
DE ESPORTE E EDUCAÇÃO CAMPEÕES DA VIDA**

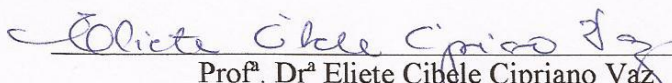
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 21 de Julho de 2014.

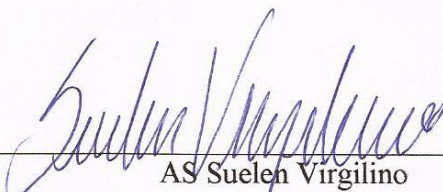
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dr.ª Michelly Laurita Wiese.
Professora do Departamento de Serviço Social - UFSC
Orientadora



Prof.ª. Dr.ª Eliete Cibele Cipriano Vaz
Professora do Departamento de Serviço Social - UFSC
Primeira Examinadora



AS Suelen Virgilino
Coordenadora Social do Instituto Guga Kuerten
Segunda Examinadora

Dedico este trabalho a todas(os) as(os) trabalhadoras(es) que contribuíram com os seus impostos, possibilitando o meu ingresso em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me manteve forte nos momentos difíceis e me deu a vida para usufruir com sabedoria nas minhas escolhas.

A toda minha família que me deu amor e atenção, em especial a minha querida irmã gêmea Gabrielle pelo incrível exemplo de força e vitória a seguir e por sempre me apoiar e me impulsionar a continuar firme no meu propósito, a minha mãe Silvana e a minha dinda Sandra que me incentivaram ao estudo desde a infância. Aos meus amigos de infância que também fazem parte da minha família Maicon, Denise e Iana e a minha eterna amiga Cleuzi Maria da Luz que por meio dela conheci o curso de Serviço Social.

Ao Estado e a sociedade por proporcionarem gratuitamente a minha formação desde a educação infantil à graduação em instituições públicas, gratuita e de qualidade.

A todos os educadores, professores e funcionários que passaram pela minha vida durante a fase de educação, agradeço ao Centro de Educação Infantil Nossa Senhora de Lurdes, a Escola de Educação Básica Padre Anchieta (EEBPA) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nessa jornada alguns professores e professoras marcaram a minha vida, pelo seu jeito de lecionar, pela riqueza de conhecimento ofertada ou simplesmente pelo carisma e confiança que nos depositavam, assim, expresso uma grande admiração por: Valdete Martins e Renata Dranka (EEBPA), Edilane, Eliete, Ivete, Keli Regina, Ricardo e Liliane (todos da UFSC), Cleide (FURB), a professora do departamento de Direito Fernanda Roberta e aos professores do departamento de Psicologia Marquito e Silvio, obrigada, vocês são todos incríveis!

A todos os colegas e amigos que fiz dentro da UFSC mas de modo singular agradeço a Sabrina por toda troca de conhecimento e pelo exemplo de mulher guerreira, a Nattany pela infinita amizade e companheirismo em todos os momentos difíceis e divertidos, a Manuela pela parceria e pelas brincadeiras inclusive nas horas de maior aflição, a Regina pelo doce carisma e pela força de acreditar sempre, a Amanda pela alegria e força de mulher, as irmãs Liamara e Lucimara pelo acolhimento e amizade e ao Luiz Fernando pela companhia e risos mesmo após o cansaço das aulas a noite.

A todos os funcionários do Instituto Guga Kuerten, de forma especial aos profissionais que em algum momento dividiram comigo a passagem no Núcleo Saco Grande, a Coordenadora Social Suelen Virgilino pela sua competência e compromisso no processo de aprendizagem, as Assistentes Sociais Gabriela Minelli e Franciane Semeoni pela confiança e muita paciência dispendida nas conversas para solucionar dúvidas e produzir intervenções, a equipe de estagiárias do Serviço Social do IGK pela constante troca de sabedoria, aos supervisores Eduardo Pereira e Françoise Danielli pelos incríveis exemplos e conhecimento profissional compartilhado e as crianças e adolescentes atendidos no Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida que me proporcionaram uma experiência brilhante.

A minha amada mãe de coração Vera Lúcia Carpes Stähelin pelo exemplo de vida, pelo carinho sincero e pelas palavras e ações de incentivos que me deram coragem para eu continuar a construir um caminho melhor.

A família Ferreira Nunes por me acolher como parte da família, me motivar e me abraçar quando a tristeza tomava conta, a Eliana e Beatriz que são exemplos de perseverança e ao Alécio pelo carinho e diversão nos almoços de domingo.

A professora orientadora Michelly Laurita Wiese pela forma que me acolheu no início do seu ingresso na UFSC e por sempre estar disponível para sanar minhas dúvidas, o qual foi um norte seguro para o desenvolvimento deste trabalho.

A professora Eliete e a Coordenadora Social Suelen membros da banca, por gentilmente disporem do seu tempo para contribuírem com esse momento especial na minha formação.

E propositalmente deixado por último porque teremos todo o tempo de nossas vidas juntos, ao Leandro Ferreira Nunes pelo máximo companheirismo, pelas brigas nos debates políticos, pela grande inteligência dividida, pela paciência em meus momentos mais complexos, pelas risadas gostosas na troca de carinhos, por acreditar em mim e por nunca me deixar desistir, obrigada, eu te amo muito!

Por fim, a todos da turma 2010.2 de modo muito sincero que caminharam comigo nessa trajetória e todas as outras pessoas que contribuíram para a conclusão dessa fase em minha vida, apresento meus agradecimentos, com grande reconhecimento e profunda gratidão.

*“Por isso cuidado,
Meu bem
Há perigo na esquina
Eles venceram e o sinal
Está fechado pra nós
Que somos jovens*

*[...] Minha dor é perceber
Que apesar de termos
Feito tudo o que fizemos
Ainda somos os mesmos
E vivemos
Ainda somos os mesmos
E vivemos
Como os nossos pais”*

*“Como Nossos Pais”,
(Elis Regina)*

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema elucidar a forma da organização e da estrutura das atividades desenvolvidas no Serviço Social realizado no Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida, executada pelo Instituto Guga Kuerten (IGK). O trabalho tem como objetivos ampliar e situar as perspectivas do Serviço Social inserido nessa instituição, contextualizando o desempenho e a logística no interior do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida. Os procedimentos metodológicos para este estudo, se organizou na localização bibliográfica das temáticas referenciais que abordam o Serviço Social no Terceiro Setor para compreender esse conceito na sociedade. O estudo exposto se caracteriza pela pesquisa bibliográfica que abordará o processo histórico do atual modelo econômico neoliberal, sob a ótica do resgate histórico até o surgimento do Terceiro Setor no Brasil. A importância desse estudo para o Serviço Social é aproximar contribuições ao debate do exercício profissional no âmbito da instituição analisada, sobre a perspectiva de analisar o contexto do Terceiro Setor e suscitar discussões sobre o seu complexo papel na lógica neoliberal onde apreende-se que podem perpassar na construção de serviços que almejem a emancipação dos cidadãos para terem os seus direitos ampliados, reconhecidos e efetivados com consciência crítica ou tendem a perpassar pela reprodução da subordinação, de relações clientelistas que violam e renunciam os direitos sociais, evidenciando os distintos atores sociais envolvidos na disputa pelo poder que podem atender a interesses singulares, políticos e ideológicos despreocupados em questionar e intervir nas diferentes faces da Questão Social ou podem atuar na articulação com a sociedade e com o poder público para reconhecer e intervir nas expressões da desigualdade social.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor, Serviço Social, Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil 1988
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IGK	Instituto Guga Kuerten
ONU	Organizações das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URV	Unidade Real de Valor
COEPAD	Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência
FAPS	Fundo de Apoio a Projetos Sociais
D.O.U	Diário Oficial da União
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e da antiga União Soviética

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL	12
1.1 Aspectos Intrínsecos do Projeto Neoliberal no Mundo	12
1.2 A Inserção do Projeto Neoliberal no Brasil.....	20
1.3 A Emergência do Terceiro Setor no Brasil.....	33
2. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO GUGA KUERTEN	39
2.1 O instituto Guga Kuerten	40
2.2 Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida	46
2.3 Potencialidades e Limites ao Terceiro Setor	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS:	69

INTRODUÇÃO

Os estímulos que levaram a estudar e a escrever o presente *Trabalho de Conclusão de Curso* (TCC) são decorrentes da experiência no campo de estágio, dentro do *Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida* – Núcleo Saco Grande, desenvolvido no Instituto Guga Kuerten (IGK) instituição do Terceiro Setor, legitimado no Código Civil como pessoa jurídica de direito privado, especificadamente como associação. A vivência no Programa citado ocorreu no ano de 2013 até o final do primeiro semestre de 2014, nos períodos de Estágio Curricular Não Obrigatório I e Obrigatório I e II.

Esse estudo objetiva ampliar e contextualizar as perspectivas do Serviço Social inserido no interior do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida no Instituto Guga Kuerten, criado para atender crianças e adolescentes em comunidades específicas da Grande Florianópolis e em outra abrangência local, da cidade de Campos Novos no interior do estado de Santa Catarina. Igualmente têm-se o escopo em apresentar de forma sucinta as particularidades da prática profissional no cerne do Terceiro Setor.

Dessa maneira, o TCC ora exposto ampara-se no projeto acima, e engajou o estudo designadamente para elucidar a forma da organização e da estrutura das atividades desenvolvidas no Serviço Social, executada pela instituição do Terceiro Setor supracitada, constituindo esse o objeto dessa pesquisa. Este trabalho tem por objetivos:

- a) Pesquisar a origem e as características da política Neoliberal em esfera nacional;
- b) Explicitar os impactos e os produtos provenientes da adesão no Brasil às orientações recebidas dos organismos financeiros internacionais.

O estudo exposto se caracteriza pela pesquisa bibliográfica, que abordará o processo histórico do atual modelo econômico neoliberal, até o surgimento do Terceiro Setor. O termo Terceiro Setor por definir-se pela sua complexidade, nos induz a assegurar que este estudo ainda exige uma longa exploração, porquanto é um pequeno ensaio diante das pesquisas já concretizadas nessa mesma temática.

Os procedimentos metodológicos para este estudo, se organizaram na triagem bibliográfica dos autores estudados e na localização das temáticas referenciais que abordam o

Serviço Social no Terceiro Setor, para compreender o desenvolver do nascimento desse conceito na sociedade.

O trabalho está estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo, almeja-se abordar a relação entre Estado e Sociedade Civil, decorrendo dos aspectos do projeto neoliberal no mundo e no Brasil, além disso, serão abordados os dispositivos do Programa Federal de Desestatização, bem como a emergência do Terceiro Setor no país e sua repercussão no contexto político, econômico e social.

O segundo e último capítulo, destacará os mecanismos e estratégias do Serviço Social no Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida, ilustrando como as ações do Instituto Guga Kuerten se concretizam para garantir os direitos aos usuários atendidos. Para finalizar o trabalho, serão apresentados as possibilidades e os limites ao Terceiro Setor diante dos seus múltiplos valores englobados no ideário Neoliberal.

Nesta trajetória os resultados que busca-se alcançar é aproximar contribuições ao debate do exercício profissional no âmbito do Terceiro Setor, sobre a perspectiva e os fundamentos teórico metodológicos do Serviço Social. Logo, constata-se a necessidade da ocupação de profissionais qualificados nesses espaços sócio ocupacionais, evidenciando os distintos atores sociais envolvidos na disputa pelo poder para atender interesses singulares, políticos e ideológicos despreocupados em questionar e intervir nas diferentes faces da Questão Social. Para tanto, é preciso identificar a natureza e o direcionamento das instituições se comprometendo com a efetivação do Projeto Ético Político direcionando a emancipação humana.

1. RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Nesse capítulo será abordada a relação entre Estado e Sociedade Civil, perpassando a inserção do projeto neoliberal no mundo e no Brasil, aproximando o conjunto das medidas do Consenso de Washington e sua influência, além disso, serão acercados os dispositivos do Programa Federal de Desestatização, bem como a emergência do Terceiro Setor e sua repercussão no contexto político, econômico e social no país.

1.1 Aspectos Intrínsecos do Projeto Neoliberal no Mundo

O debate será conduzido a partir da implementação do projeto neoliberal no mundo, pautando na abordagem histórica, a fim de identificar os aspectos antecessores e consolidadores da doutrina neoliberal.

Conforme Anderson (1995) o neoliberalismo surgiu no momento de pós segunda guerra mundial nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental, revelando alterações das relações sociais, políticas, econômicas, culturais e transformações tecnológicas em meio a oposição da intervenção do Estado de bem-estar social. Essas alterações são apontadas por Harvey (1994) explicitando o sistema que iniciou as mudanças político econômicas na reestruturação da indústria - o fordismo, que se introduziu nos EUA alterando o processo de trabalho na indústria automobilística, projetando a jornada de trabalho de oito horas com remuneração a cinco dólares por dia. O sistema fordismo foi implantado por Henry Ford, em meados dos anos de 1914. Objetivando um novo ideário de reprodução da força de trabalho com a produção e consumo em massa.

Logo, Harvey (1994) exhibe a intenção de Ford na criação do modelo produtivo de oito horas de trabalho com salário de cinco dólares, baseava-se na interferência da administração de vida dos trabalhadores, conduzindo a rotina em manter disciplina no trabalho, alta produtividade, transformações na moral das famílias e organização no seu tempo, com o desígnio em agendar tempo na vida do trabalhador para consumir os produtos produzidos em massa.

Contudo, a tentativa de regular a economia pelo “poder corporativo” de Ford não obteve todo o sucesso esperado, elevando as taxas de desemprego. Nessa conjuntura o presidente Franklin Delano Roosevelt criou um plano para intervir na economia do Estado, o chefe de Estado construiu o *New Deal* na década de 1930, esse programa se instalou em ações de modernização de obras públicas, controle da produção na agricultura e na indústria, na tentativa de extinguir os fatores de uma possível superprodução (HARVEY, 1994).

Em meados de 1945 verificou-se uma avaliação positiva na consolidação do fordismo, a qualidade de vida aumentou e ficou estagnada a ameaça a novas guerras, afere-se na passagem de Harvey (1994, p. 125) que “o fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo¹, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu [...] inúmeras nações descolonizadas”. Observa-se que segundo Iamamoto:

Coube ao Estado viabilizar salários indiretos por meio das políticas sociais públicas, operando uma rede de serviços sociais, que permitisse liberar parte da renda monetária da população para o consumo de massa e consequente (sic) dinamização da produção econômica. [...] a implantação de uma rede pública de serviços sociais é parte da chamada regulação keynesiana da economia, uma das estratégias de reversão das crises cíclicas do capitalismo no pós-guerra (IAMAMOTO, 2012, p. 30).

Na Europa o Estado do bem-estar social e a crescente oferta keynesiana, juntamente com o *New Deal* dos EUA contribuíram para manter as estratégias de consumo e produção em massa (WAINWRIGHT, 1998).

As novas relações de classe fortaleceram os movimentos sindicais, reivindicando melhores condições de trabalho e especificações das funções executadas pelos trabalhadores. Esses esforços conquistaram importantes benefícios sociais junto ao Estado como: salário mínimo e aposentadoria (HARVEY, 1994).

Entre avanços e malefícios, os benefícios do fordismo não acolhiam a toda população, resultado em desigualdades e grandes conflitos sociais, unindo movimentos sociais que lutavam

¹ Na obra de Harvey (1994) é discutida a política Keynesiana surgida em meados da década de 1930 na Grã-Bretanha onde fundamentava a economia no equilíbrio das taxas de juros, estímulo aos investimentos financeiros e a garantia de pleno emprego compreendendo o déficit econômico em período de guerras (HARVEY, 1994, p. 125).

pelo ingresso ao mercado de trabalho e os excluídos pelas características de “raça, gênero e a origem étnica” (HARVEY, 1994, p. 132).

A falta de energia para manter a demanda aquecida, levou a união norte americana a pobreza e o efeito foi a guerra do Vietnã. A lucratividade e a produtividade decaíram, resultando em problemas fiscais que tardariam a aceleração da inflação, e colocaria em cheque a moeda do dólar como reserva internacional e não mais a moeda universal. (HARVEY, 1994). O supracitado autor menciona que “de modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 1994, p. 135).

Harvey (1994, p. 137) destaca outra depressão econômica que assolou os EUA, ocasionando a “racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho” com o intuito de driblar a organização dos sindicatos, infringindo as leis conquistadas pelos trabalhadores. Diante da recessão de 1973 causada pelo aumento de preço do petróleo retirando grandes membros da economia mundial da “estagflação” e direcionando às práticas do modelo fordista. Perante essa situação, Anderson (1995) explana a resposta do ideário neoliberal para suprimir os efeitos da crise:

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos (ANDERSON, 1995, p. 11).

Para o bom andamento do neoliberalismo, ressalta-se que é preciso engrenar a manutenção da desigualdade social, conservando uma parte da população desempregada, interferindo na luta das reivindicações da classe trabalhadora, e favorecendo a ordem da “regressão tributária”, aumentando os impostos para a população com renda menor e diminuindo os impostos para os indivíduos com elevados rendimentos de capital.

Mesmo com a retomada ao modelo fordista os abalos e inseguranças registraram a passagem de um sistema de acumulação muito diferente do que havia se cultivado, essa medida altera novamente as relações econômicas e sociais, assim define Harvey:

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia (sic) na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas [...] (HARVEY, 1994, p. 140).

A acumulação ou produção flexível propagou em meados de 1980 com “o modelo japonês, o ohnismo/ toyotismo” estabelecido com escopo de revolucionar a área da tecnologia microeletrônica (BEHRING, 2003). De forma aberta, as características da acumulação flexível podem ser visualizadas nos dias de hoje por meio da individualidade nos processos de trabalho, desigualdade na distribuição de renda e riqueza socialmente produzida e da responsabilização pessoal no alcance de interesses coletivos.

De acordo com Chesnais (1996) é preciso desmistificar alguns vocábulos para compreensão das ideologias que se escondem em alguns adjetivos. Abaixo é apresentado o conceito da palavra global:

O adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres “*business management schools*” de Harvard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas- o japonês K. Omae (1985 e 1990), o americano M.E. Porter- ou em estreito contato com elas. Fez sua estratégia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal (CHESNAIS, 1996, p. 23).

Nesse sentido, verifica-se ainda na obra de Chesnais (1996) que o termo “globalismo” surgiu nas imponentes indústrias japonesas, para estimular as relações entre políticos americanos e europeus e diretores da indústria em assumir um posicionamento que facilite o processamento de interesses comuns.

Outro importante termo versado na obra de Chesnais (1996) é “mundialização”, de raiz francesa “*mondialisation*”. Chesnais (1996, p. 24) apreende que: “A palavra “mundial” permite introduzir, com muito mais força do que o termo “global”, a ideia de que a economia se

mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento”. Esse movimento propulsiona a liberalização do comércio internacional, que disponibiliza o acesso para a importação e a exportação de investimentos financeiros.

Há dois movimentos ligados, porém, diferentes para definir o resultado da mundialização:

O primeiro pode ser identificado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p. 34).

A partir desse elemento, é apresentado um pouco da transmissão da mundialização do capital nos governos que apostaram mais força a esse comando. Pouco antes de finalizar o ano de 1979, o neoliberalismo começou a se fortalecer em marcantes gestões de governo. Primeiramente com a eleição de Margaret Thatcher ao poder da Inglaterra, e em 1980 com Ronald Reagan alcançando a presidência dos EUA, um ano depois com Helmut Kohl na Alemanha, em 1983 Poul Schlüter na posse do governo da Dinamarca, e na continuação desses mandatos exceto Suécia e Áustria, uma grande parte dos países do norte da Europa ocidental aderiam a política neoliberal para coordenar a economia do país (ANDERSON, 1995).

Ainda em meados de 1978 a segunda guerra fria nasceu quando os militares soviéticos adentraram no Afeganistão e os Estados Unidos planejavam em construir foguetes nucleares na Europa ocidental. No pós-guerra o afastamento do comunismo era uma das doutrinas centrais do neoliberais (ANDERSON, 1995).

As ações norte americanas eram um pouco diferentes da Europa, sem implementação do Estado de bem-estar, o desígnio dos EUA com os princípios neoliberais se fundamentava na competição militar com a União Soviética para levar a economia a falência e acabar com o regime comunista na Rússia (ANDERSON, 1995). A primazia direta do neoliberalismo é conter a inflação que ganhou força nos anos 1970.

Nesse aspecto a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) detectou que a taxa de inflação amorteceu em 3,6% representando uma queda

considerável para as décadas de 1970 e 1980 (ANDERSON, 1995). A queda expressiva na inflação do período acima, se concretizou devido ao enfraquecimento das lutas sociais e da derrota do movimento sindical que manteve uma postura inerte diante das questões latentes ao mundo do trabalho.

Em comparação com a Europa ocidental e os EUA, Anderson (1995) aponta que a América Latina demorou a vivenciar a experiência dos pressupostos neoliberais. Contudo, sob o comando de Augusto Pinochet durante o regime militar, o país localizado na América do Sul-Chile, vivenciou a “primeira experiência neoliberal sistemática do mundo”. O autor descreve as formas de implantação do neoliberalismo nesse país:

[...] o Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. [...] No Chile, naturalmente, inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como de se esperar nas Américas (ANDERSON, 1995, p. 19).

A introdução do projeto neoliberal no Chile, foi reveladora para alguns conselheiros da Inglaterra de Thatcher, com eliminação da democracia e com o regime militar marcado pelas piores práticas de tortura e repressão. Na economia, as práticas que culminaram a perda de direitos civis e sociais asseguraram a estabilidade financeira no país (ANDERSON, 1995).

Na América Latina, outros governos neoliberais, chegaram a posse com discurso populista e com a promessa de resgatar a “redemocratização”, assim como, incluir a abertura do mercado para alcançar geração de empregos e renda para o povo. Prontamente, são indicados outros governos neoliberais no continente latino americano, sendo eles “[...] Carlos Andres Perez, na Venezuela; Raúl Alfonsín, na Argentina; Sanguinetti, no Uruguai; José Sarney, no Brasil; Jaime Paz Zamora, na Bolívia; Alan García, no Peru; e Miguel de la Madrid, no México” (PETRAS, 1999, p. 94-95).

Segundo Petras (1999), em todos os mandatos, os governos mencionados, percorreram as indicações do programa de ajuste estruturais prescritos pelo FMI e Banco Mundial, abraçando a defesa do “livre-mercado”, iniciando a demolição do Estado, excluindo os direitos garantidos pelos trabalhadores, dificultando a manifestação dos sindicatos e movimentos sociais e conduzindo os países para a privatização de empresas estatais.

Lembrando que elementos externos, influenciaram as reformas econômicas na América Latina, em especial as recomendações do consenso de Washington, foram intensamente relevantes para as reformas do Brasil e de outros países. Considerando que o Brasil seguiu as diretrizes do consenso de Washington, ressalta-se que segundo Batista (1994) o "Consenso de Washington" foi um encontro sem caráter deliberativo que reuniu dirigentes políticos e economistas de vários países da América Latina, em novembro de 1989 na cidade de Washington, EUA, onde o *Institute for International Economics* convocou funcionários do governo dos EUA e dos organismos financeiros internacionais, entre eles, o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento que mediram de forma positiva as reformas econômicas prontas para a América Latina.

As reformas se sustentavam em políticas neoliberais aconselhadas pelo governo dos EUA por meio da visão destas instituições como norte indispensável para concessão de crédito financeiro externo, bilateral ou multilateral. Esse conjunto de ações se tornaram um modelo da política econômica neoliberal.

O tema proposto "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*" apresentava a intenção de fundar uma avaliação das reformas econômicas desenvolvidas nos países da região. Os intelectuais presentes nesse encontro construíram propostas a serem seguidas pelos países subdesenvolvidos, sendo eles:

1. Ajuste fiscal: o Estado limita seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público.
 2. Redução do tamanho do Estado: limitação da intervenção do Estado na economia e redefinição de seu papel, com o enxugamento da máquina pública.
 3. Privatização: o Estado vende empresas que não se relacionam à atividade específica de regulamentar as regras sociais e econômicas e de implementar políticas sociais.
 4. Abertura comercial: redução das alíquotas de importação. Estímulo ao intercâmbio comercial, de forma a ampliar as exportações e impulsionar o processo de globalização da economia.
 5. Fim das restrições ao capital externo.
 6. Abertura financeira: fim das restrições para que instituições financeiras internacionais possam atuar em igualdade de condição com as do país. Redução da presença do Estado no seguimento.
 7. Desregulamentação: Redução das regras governamentais para o funcionamento da economia.
 8. Reestruturação do sistema previdenciário.
 9. Investimento em infraestrutura básica.
 10. Fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas.
- (BATISTA, 1995, p. 101).

No Brasil, essas orientações foram consumadas inicialmente na década de 1990, impactando em marcantes transformações nas relações sociais e no mundo do trabalho, exemplos dessas mudanças foram, o investimento em pesquisas que buscassem o avanço e a criação de novas tecnologias, a flexibilização do trabalho e o aumento do desemprego. Todos concebidos como fruto do modelo de produção e acumulação capitalista. Defendendo os princípios liberais onde o Estado não deve interferir no desenvolvimento social e econômico dos indivíduos, é exposto ao mercado a liberdade de agir como ordem natural na sociedade. Destaca-se o pensamento da socióloga e intelectual Hilary Wainwright sobre a opinião de Hayek- um dos fundadores do neoliberalismo:

Hayek conclui que o livre mercado é um produto espontâneo da civilização. Ele transforma essa reivindicação da teoria social em uma questão moral para o neoliberalismo: enquanto produto de contingências, e não de planejamento, ela não favorece nem discrimina ninguém. (As desigualdades, ao que se presume, são simplesmente os resultados casuais da atividade individual, que poderiam ser revertidas, em seu modelo, por uma nova jogada da sorte.) Para Hayek, o papel do Estado tem de ser, conseqüentemente (sic), o oposto do da engenharia social. Em vez de remediar a desigualdade gerada pela justiça do mercado, seu papel tem de ser o de proteger a ordem espontânea (HAYEK apud WAINWRIGHT, 1998, p. 47).

A escolha de Estado mínimo no ideário liberal abre possibilidades para o mercado agir nos serviços fundamentais da reprodução social, como saúde, educação, segurança, cultura, infraestrutura e outros serviços que o Estado não mais se incumbirá em manter com qualidade e compromisso direcionado ao cidadão. Na América Latina não somente o Brasil como outros países que estavam em desenvolvimento, acederam a ordem da reestruturação econômica, utilizando os pressupostos liberalizantes.

De acordo com o filósofo e economista escocês Adam Smith (1996), o Estado mínimo nasce do acatamento a “liberdade natural” expondo que todo ser humano deve ser responsável pela sua manutenção na sociedade, provendo do seu trabalho, para alcançar a sua alimentação, habitação, transporte, lazer, saúde e outros serviços que determinam a sua sobrevivência. O Estado não deve intervir no provimento da economia do cidadão. A responsabilidade do Estado está em organizar e executar um aparelho de justiça competente. Dessa forma:

[...] uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoa [...] (SMITH, 1996, v. II, p. 169).

Ainda se utilizando da obra clássica *A Riqueza das Nações*, Adam Smith (1996) explana as três funções essenciais ao Estado: o primeiro é resguardar o povo de qualquer violência e opressão por parte de outros países. O segundo consiste em proteger todas as pessoas da sociedade contra injustiças, criando um sistema judicial preciso e ativo. E por último, cabe ao Estado construir e manter obras públicas para facilitar o comércio na sociedade, como a criação de estradas e portuários, também se assinala como dever do Estado investir na educação da população de todas as idades.

Nessa conjuntura, **no subtítulo abaixo**, serão apresentadas as medidas sugeridas para o Brasil, com o intuito de abordar as peculiaridades do modelo econômico neoliberal no país, além disso, buscar-se-á explicitar os mecanismos e as articulações do Estado na condução dessa ideologia.

1.2 A Inserção do Projeto Neoliberal no Brasil

Dinâmicas externas já apresentas no subtítulo anterior, apresentam a formação econômica mundial da ideologia neoliberal no conjunto dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e da antiga União Soviética (OCDE) em meados da década de 1970.

Compactuando com a visão de livre mercado, o acirramento da concorrência nos mercados financeiro pressiona para o advento da globalização. O capitalismo passa por diferentes momentos desde sua raiz em meados do século XIX até os dias de hoje, no entanto, as diferentes faces que contemplam o capitalismo se renovam para difundir uma ordem a ser seguida, a atual face do grande capital é denominada como globalização.

No Brasil, Bresser Pereira (1997) explana que o nascimento da globalização e o investimento em crescimento tecnológico iniciou no país em meados da década de 1980. A globalização exigiu duas responsabilidades ao país: o desafio de manter protegidos os cidadãos que estavam vulneráveis e o enquadramento do Estado para contribuir com a iniciativa privada, sendo mais eficiente e flexibilizando a carga tributária para as empresas nacionais concorrerem internacionalmente. Essas ações implicaram:

Em consequência (sic) da captura por interesses privados, que acompanhou o grande crescimento do Estado, e do processo de globalização, que reduziu sua autonomia, desencadeou-se a crise do Estado, cujas manifestações mais evidentes foram a crise fiscal, o esgotamento das suas formas de intervenção e a obsolescência da forma burocrática de administrá-lo (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 15).

Tomando esse cenário como ponto de partida, serão sustentados os avanços da ofensiva capitalista no Brasil, que se delineia no final do período ditatorial e em outros governos que utilizaram massivamente os pressupostos neoliberais. Dentro desse espaço, Iamamoto (2012) explana a multiplicidade da necessidade de criar novos mercados, estreitando a concorrência capitalista que passa a determinar alterações no padrão de produção.

Ainda em regime militar, a alavanca da reestruturação do setor público no Brasil, inicia com o Decreto nº 83.740/79 de julho de 1979 que institui o Programa Nacional de Desburocratização e dá outras providências. A lei menciona que suas principais funções instituem:

Art . 1º - Fica instituído o Programa Nacional de Desburocratização, destinado a dinamizar e simplificar o funcionamento da Administração Pública Federal. [...]

Art . 3º - O programa terá por objetivo:

- a) construir para a melhoria do atendimento dos usuários do serviço público;
- b) reduzir a interferência do Governo na atividade do cidadão e do empresário e abreviar a solução dos casos em que essa interferência é necessária, mediante a descentralização das decisões, a simplificação do trabalho administrativo e a eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco;
- c) agilizar a execução dos programas federais para assegurar o cumprimento dos objetivos prioritários do Governo;
- d) substituir, sempre que praticável, o controle prévio pelo eficiente acompanhamento da execução e pelo reforço da fiscalização dirigida, para a identificação e correção dos eventuais desvios, fraudes e abusos;

e) intensificar a execução dos trabalhos da Reforma Administrativa de que trata o Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, especialmente os referidos no Título XIII;

f) fortalecer o sistema de livre empresa, favorecendo a empresa pequena e média, que constituem a matriz do sistema, e consolidando a grande empresa privada nacional, para que ela se capacite, quando for o caso, a receber encargos e atribuições que se encontram hoje sob a responsabilidade de empresas do Estado;

g) impedir o crescimento desnecessário da máquina administrativa federal, mediante o estímulo à execução indireta, utilizando-se, sempre que praticável, o contrato com empresas privadas capacitadas e o convênio com órgãos estaduais e municipais;

h) velar pelo cumprimento da política de contenção da criação indiscriminada de empresas públicas, promovendo o equacionamento dos casos em que for possível e recomendável a transferência do controle para o setor privado, respeitada a orientação do Governo na matéria.

Brasil. Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979.

Definindo os serviços do Estado como impotente e moroso, é fornecido o alvará para a iniciativa privada cumprir com os deveres do Estado, “fortalecendo o sistema de livre empresa”, evidenciando a união público/privado e contribuindo para o enfraquecimento do poder administrativo federal em função do processo liberalizante.

Prosseguindo a exposição dos aspectos históricos da economia no Brasil, é necessário expressar sucintamente a atuação dos principais governadores que diluíram a perspectiva neoliberal em suas gestões a partir da década pós-ditatorial.

Gianotti (2007) afirma que na administração de Sarney houve um grande número de greves e manifestações, tendo o seu governo marcado por mudanças na economia, descrevendo uma das formas de desestabilizar a população proletarizada com corte salarial. Outra mudança no panorama da economia, foi a criação do plano cruzado na tentativa de conter a inflação.

A resolução inicial no apoio ao desmantelamento do Estado se trata do Decreto nº 91.991, de 28 de Novembro de 1985 que “dispõe sobre o processo de privatização de empresas sob controle direto ou indireto do Governo Federal, e dá outras providências”. Reforçando a sua parceria com o mercado, clarificando o seu objetivo principal em seu artigo primeiro:

Art. 1º. O Programa de Privatização englobará os processos de privatização de empresas sob o controle direto ou indireto do Governo Federal e compreenderá indistintamente a abertura do capital social, alienação de participações acionárias e desativação dessas empresas (BRASIL, Lei nº 91.991, 28/11/1985).

O decreto citado, é fruto da continuidade da política econômica adotada dos governos anteriores, exibindo o Estado aos desejos do mercado, que começaram a fortalecer as relações de interesses da burguesia, gerando esgotamento do abastecimento de serviços básicos destinados a população.

Outro relevante marco jurídico no âmbito das privatizações aprovado no governo de Sarney é afirmado no decreto nº 95.886, de 29 de março de 1988 que “Dispõe sobre o Programa Federal de Desestatização, e dá outras providências”. Expondo claramente o fim que se quer atingir em seu artigo primeiro:

Art. 1º Fica instituído o Programa Federal de Desestatização, com os seguintes objetivos:

I - transferir para a iniciativa privada atividades econômicas exploradas pelo setor público;

II - concorrer para diminuição do *déficit* (sic) público;

III - propiciar a conversão de parte da dívida externa do setor público federal em investimentos de risco, resguardado o interesse nacional;

IV - dinamizar o mercado de títulos e valores mobiliários;

V - promover a disseminação da propriedade do capital das empresas;

VI - estimular os mecanismos competitivos de mercado mediante a desregulamentação da atividade econômica;

VII - proceder à execução indireta de serviços públicos por meio de concessão ou permissão;

VIII - promover a privatização de atividades econômicas exploradas, com exclusividade, por empresas estatais, ressalvados os monopólios constitucionais.

Art. 2º O Programa Federal de Desestatização será executado por meio de projetos de privatização e de desregulamentação.

BRASIL. Decreto nº 95.886, de 29 de março de 1988.

Esse programa foi parte essencial como resposta à modernização da economia, uma troca do Estado com a sociedade civil, resultando na obtenção de lucros para ambas partes, e encurtando o campo de atuação do setor público para ampliar as demandas no setor privado.

Um grande momento histórico no governo de Sarney advém com o processo constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988 conquistada pela luta de populares, estudantes e outras instituições organizadas que reivindicavam por direitos civis, direitos sociais e a liberdade de expressão que foi reprimida durante a ditadura militar. A CF/88 ficou popular com o alcunho de “Constituição Cidadã”, justificando pelos seus avanços de organização da participação popular direta nos procedimentos decisórios de âmbito federal e local (ROCHA, 2008).

Baseando-se em Marshall (1967, p. 69) acredita-se também que “quando a liberdade se fez universal, a cidadania passou de instituição local à instituição nacional”. O envolvimento ativo da população em espaços decisórios das políticas sociais brasileiras possibilitou a educação da cultura política por parte da sociedade, configurando a militância da população na luta pelos seus direitos e na execução do controle social para avaliar o vigor do Estado em solucionar as demandas do povo.

Após o mandato de José Sarney, vence com eleições diretas no segundo turno, Fernando Affonso Collor de Mello, que assume a presidência do Brasil de 1990 até 1992, tendo o seu exercício consolidado para a abertura do mercado, possibilitando as práticas do neoliberalismo, alterando as ligações entre Estado e Sociedade Civil. Em meados de março de 1990, o novo gestor explana as ações para controlar o déficit da economia, sendo essas: manter o cruzeiro como moeda de circulação oficial; manter os preços das mercadorias sem aumento; exclusão de órgãos estatais; demissões de funcionários públicos para manter os recursos do governo estabilizados e estabelecer um valor mínimo retido no Banco Central durante dezoito meses, resultando no “confisco da aposentadoria”. Esse conjunto de ações foi denominado como Plano Collor. O plano não teve sucesso pela rejeição das elites e classe média em acatar as perdas de bens que ficavam expostas em algumas das medidas. (LATTMAN-WELTMAN, 1994).

Na tentativa de corrigir os erros do Plano Collor I que não alcançou índices positivos para conter a inflação, o presidente Collor lança o Plano Collor II, ainda com rumo a política liberal, neutralizando os juros, sobre os preços do custo de vida e dos salários de acordo com a conjuntura financeira, assim como determinando o fim da correção monetária. Após essas ações, o governador inaugura o Projeto de Reconstrução Nacional, porém, os escândalos de fraudes e corrupção submergiram qualquer indicador de melhoria levando a abertura de um processo de *impeachment* contra o presidente Collor (LATTMAN-WELTMAN, 1994).

Segundo Chossudovsky (1999, p. 170-171), concomitantemente com o processo de *impeachment*, Collor e o ministro da economia caminhavam rumo a uma transação multibilionária com os credores internacionais. [...] Logo, o Estado foi perdendo a energia econômica e apresentou queda na Bolsa de Valores de São Paulo com saída de capital, essas atividades foram o estopim para pressionar o governo a assumir uma nova posição. Assim, tomou-se a decisão de fazer o acordo preliminar para alterar a fórmula de “reestruturação”, pouco antes de ocorrer a impugnação de mandato em 29 de setembro de 1992, “o ônus do

serviço da dívida do Brasil aumentaria substancialmente em decorrência da transação” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 171). Prevendo sua queda, ao mesmo tempo que acontecia o inquérito, Collor se antecipou e renunciou ao cargo.

A mídia polemizou e extrapolou a quantidade de notícias referente ao *impeachment*, cooperando para retirar o foco das questões sociais latentes no momento: “a grande maioria da população ficaria mais pobre em consequência do Plano Collor” difundido pela ministra da economia Zélia Cardoso de Mello. A consequência do plano foi o aumento relevante de desemprego, a redução dos salários médios e a extinção dos programas sociais (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Petras e Veltmeyer (2001) concluem, que devido a corrupção para enriquecimento próprio, Collor restringiu as suas possibilidades de efetivar a liberalização do mercado. Após o *impeachment* de Collor, tem-se o ingresso do presidente vice, Itamar Franco.

Em continuidade ao mandato de Collor, Itamar Franco assume a república em 1992 e inicia a sua administração nomeando os cargos ministeriais, até então composto pela escolha de Collor. Um ator de destaque que se revelou autônomo dos demais ministros, foi o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), primeiramente nomeado como Ministério das Relações Exteriores, e em maio de 1993 FHC assumiu o Ministério da Fazenda, concebendo uma alternativa para os altos índices de inflação.

Itamar acessou o cargo com o país envolvido por elementos que abarcavam a crise da gestão anterior, é necessário ilustrarmos os principais fatores desse desequilíbrio abordado pelo cientista social Ianoni (2009):

1. Fortalecimento da conversão à ideologia liberal das elites políticas, partidos, burguesias, grande mídia e estratos superiores da burocracia pública;
2. Atraso da estabilização brasileira em relação a outros países latino-americanos, que incomodava as organizações multilaterais;
3. Acúmulo de aprendizagem técnico com as políticas de estabilização anteriormente fracassadas e um maior consenso de que o combate à inflação passava pelo ajuste fiscal;
4. A crescente percepção, no imaginário da opinião pública, de que a crise inflacionária era grande questão a ser resolvida pelo governo;
5. Condições econômicas favoráveis, muitas delas derivadas de medidas adotadas desde o governo Collor, para que uma estabilização liberalizante pudesse ser formulada;
6. Dificuldades políticas para implementação da estabilização (fraca coalizão de governo, pouco tempo restante de mandato, apatia);
7. Um calendário constitucional que previa:

- 7.a. o plebiscito sobre forma e sistema de governo em abril de 1993;
 - 7.b. a revisão constitucional a ser iniciada em outubro de 1993, cujas emendas não careciam de quórum qualificado para aprovação;
 - 7.c. eleições presidenciais em outubro de 1994.
- (IANONI 2009, p. 163-164).

As dificuldades encontradas pelo presidente Itamar caminharam por todo o período do seu mandato, expondo com destaque as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional (CPI) em função de desvios encontrados na construção do Orçamento da União (IANONI, 2009).

No entanto, verifica-se um passo respeitável na gestão de Itamar, com a criação da medida provisória nº 434, de 27/02/1994, posteriormente transformada na Lei nº 8.880, em 27 de maio de 1994 que “Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências”. Esse programa representou a solução para elevar o crescimento econômico no Brasil, conforme Ianoni (2009):

O Plano Real resolve problemas relacionados: 1) à nova inserção internacional orientada para o mercado dos setores público e privado da economia brasileira; 2) à repactuação sociopolítica, que deixa para trás mais de uma década de crise de hegemonia, aberta pela ruptura da aliança desenvolvimentista; 3) à ordem político-institucional; 4) e à esfera ideológica, por assegurar, de imediato, e induzir, ao longo do tempo, a um ambiente nacional muito mais propício à expansão da cultura e da agenda liberais, sob diferentes matizes, entre os agentes de mercado, elites políticas e atores sociais. (IANONI 2009, p. 143).

As medidas do plano real proporcionaram a estabilização monetária e a trégua da hiperinflação. Essas avaliações só foram possíveis pela concomitante ação da reforma do Estado e da liberalização comercial para o capital.

Em abril de 1994, Fernando Henrique mobilizou os ministros da economia para a promulgação da Medida Provisória nº 482 que corrigiu salários, aposentadorias, previdência privada, financiamento habitacionais e aluguéis, planos de saúde, impostos e outros serviços. As medidas liberalizantes desta vez beneficiaram a população no momento em que foi controlado a hiperinflação (IANONI, 2009). Com o desempenho positivo da implantação do

plano real, FHC aproveita o momento e lança a sua candidatura ao cargo de presidente, alcançando o êxito em outubro de 1994 com a sua aceitação pelo povo.

A estabilização monetária alcançada no cargo de ministro da fazenda, foi um dos motivos que levou Fernando Henrique ao poder na eleição presidencial de 1994. Nesse cenário, aborda-se a caracterização geral do projeto político econômico que deu ênfase a liberalização do Estado.

No que se refere as reformas neoliberais executadas pelo governo FHC, Petras e Veltmeyer (2001) afirmam que as medidas estão fortemente ligadas as estratégias expostas pela “reforma estrutural” que tendem a seguir os interesses das organizações mundiais: FMI- Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, a fim de apoiar empréstimos condicionados execução de políticas dessas instituições.

A “reforma estrutural” é determinada pela “estabilização” macroeconômica que é a garantia para receber empréstimo de emergência em período hábil, para suprir uma necessidade imediata, com recursos provenientes do FMI voltados também para a manutenção da dívida externa. As organizações mundiais econômicas dividem as atividades para concretizar o pacote de reformas estruturais. De forma sintética, elucida-se as principais atividades do plano de reformas estruturais, que advêm em forma de ‘condicionalidades’ para obtenção de empréstimo do FMI-Banco Mundial, tendo como condições: “à liberalização do comércio, à desregulamentação do sistema bancário, à privatização de empresas estatais, à reforma fiscal, à privatização das terras cultiváveis, à ‘diminuição da pobreza’ e ao ‘bom governo’” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 54).

De acordo com Chossudovsky (1999) a Liberalização do Comércio chega para desestimular o aumento da economia de exportação, mantendo o mercado dentro do país, sem se expandir para o exterior, define-se que:

O programa de liberalização do comércio consiste invariavelmente na eliminação das cotas de importação e na redução e unificação das tarifas. O conseqüente (sic) declínio nas receitas aduaneiras também tem um impacto significativo nas finanças públicas do Estado. Essas medidas não só repercutem no déficit orçamentário, exacerbando assim o desequilíbrio fiscal, mas também impedem as autoridades de “racionar” seletivamente (por meio de tarifas e cotas) o uso das escassas divisas estrangeiras (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 54).

O autor conclui que o fluxo de consumir produtos importados atrasa ainda mais a esperança de pagar a dívida externa, e o consumo de importados faz a dívida crescer, já a exclusão de taxas de proteção, contribuem para acirrar a competitividade no comércio nacional.

A desregulamentação do sistema bancário inicia quando o “livre mercado” passa a especificar as taxas de juros da política monetária do banco central, logo “o crédito subsidiado para a agricultura e a indústria é gradualmente eliminado. As medidas subjacentes dão, em geral, origem a importantes aumentos nas taxas de juros reais e nominais” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 56). O autor aponta que em função da desregulamentação do sistema bancário, as taxas de juros são aumentadas na mesma balança que os preços domésticos aumentam, a moeda nacional é desvalorizada em consequência da valorização do dólar nos preços domésticos.

A alienação de bens e privatização de empresas estatais ganha força quando aumenta a dívida externa do país, e como resposta de negociação da dívida é exposto aos caprichos do mercado a venda das empresas nacionais, normalmente é vendido com preço desvalorizado ao investidor. Michel explana que dependendo do país, “a propriedade dos ‘setores estratégicos’ (por exemplo, petróleo, gás, telecomunicações) e dos serviços públicos está na Constituição como exclusivamente do Estado” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 55). Todavia, o Brasil possui emendas constitucionais que aprovam a comercialização desses serviços, como o Decreto nº 91.991/1985 que facilita a venda de ações estatais federais às empresas de caráter econômico privado.

Em conformidade com o Banco Mundial para acelerar o setor financeiro, é recomendado que se façam mudanças na estrutura fiscal, as alterações podem abalar as estruturas da produção nacional, da demanda e da oferta. Esse processo é denominado como reforma fiscal, e de acordo com o autor:

O esquema do Banco Mundial inclui o cadastramento dos pequenos produtores agrícolas e de unidades de setor informal urbano para fins de taxação. Enquanto os produtores nacionais são obrigados a pagar impostos, as joint-ventures e o capital estrangeiro gozam de generosas isenções de impostos como um meio de ‘atrair o investimento externo’ (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 55).

As mudanças da reforma fiscal demonstram a desigualdade social quando analisa-se quem se beneficia com a taxação direta sobre o produto ou serviço. Os micros e médios

investidores pagam um valor maior de taxa tributária, já os grandes investidores têm a sua taxa tributária reduzida. Além de ocasionar a desigualdade, a tributação diferenciada é sinônimo de desestímulo para o nascimento de novos empreendedores.

O departamento jurídico do Banco Mundial é responsável em organizar e mudar a legislação da propriedade da terra. Segundo Chossudovsky (1999) os títulos de propriedade de terras são destinados aos fazendeiros, estimulando a centralização de terras cultiváveis a um baixo número de proprietários, contudo, o resultado esperado do banco mundial é manter “a tendência é de perda e/ou de hipoteca da terra pelos pequenos produtores rurais, de crescimento do setor de negócios agrários e de formação de uma classe de trabalhadores rurais sazonais de terra” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 56). Michel conclui que a privatização de terra pública é resultado das exigências do Banco Mundial, para “gerar receita estatal que o Tesouro Nacional destina aos credores internacionais” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 56). É visível a perversidade do Banco Mundial na distribuição das terras que deveriam ser de acesso à toda população e fica restrita a uma pequena parcela da sociedade.

A diminuição da pobreza é uma das condicionalidades pós anos 1980 que está prevista nos acordos de empréstimo do Banco Mundial. Já, as instituições de Bretton Woods² favorecem a reconstrução econômica, pois:

A direção macroeconômica adotada nos âmbitos nacional e internacional desempenha um papel central no surgimento de uma nova ordem econômica global: essas reformas regulam o processo de acumulação capitalista no mundo todo. Todavia esse não é um sistema de livre mercado: embora sustentado por um discurso neoliberal, o chamado ‘programa de ajuste estrutural’ patrocinado pelas instituições de Bretton Woods constitui um novo esquema intervencionista (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 11).

As organizações de Bretton Woods preveem a “redução sustentável da pobreza” cortando o orçamento da área social e a reorganização das despesas, seguindo um caráter focalizado e seletivo. Além disso o autor expõe:

² Para compreender o sistema de Bretton Woods, ver CHOSSUDOVSKY, Michel. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

O Fundo Social de Emergência- FSE sanciona oficialmente a retirada do Estado dos setores sociais e a ‘administração da pobreza’ (no âmbito microsocial) por meio de estruturas organizacionais separadas e paralelas. Várias organizações não-governamentais (ONGs) financiadas por ‘programas de ajuda’ internacionais têm absorvido gradualmente muitas das funções do governo de cada país” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 58-59).

Nesse viés encontram-se instituições do terceiro setor executando programas e projetos sociais estratégicos, com atendimento local e não com atendimento global, maquiando os demais subalternos expostos à pobreza e utilizando financiamento público para manutenção do Estado social mínimo aos pobres.

A última condicionalidade do pacote das reformas estruturais, legitima a recomendação de “bom governo”, abarca o rodízio de eleger no poder gestores com apoio multipartidário, facilitando a tomada de decisões por ligações de esquerda e direita. Michel Chossudovsky (1999) acredita que o caminho das reformas estruturais distancia a “democratização” do país.

De acordo com Chossudovsky (1999) as consequências do ajuste estrutural são desastrosas, o pacote de estabilização econômica endivida mais o país do que fornece autonomia. O intuito de gerar um superávit nas balanças comerciais, gerando saldo positivo para o país pagar a dívida não acontece, o resultado da tentativa de recuperação econômica é: o crescimento de mais concessão de empréstimos; a liberalização do comércio faz a fabricação nacional decair no consumo e ser substituída pela compra de importados; e o programa de ajuste estrutural (PAE) tem bloqueado empréstimos que não atendam os campos de interesses do grande capital.

Por fim, concorda-se com a afirmação do autor que demonstra as implicações da reforma estrutural:

O pacote de estabilização econômica destrói a possibilidade de um “processo de desenvolvimento econômico nacional endógeno” controlado por estrategistas políticos nacionais. As reformas do FMI-Banco Mundial dismantlam brutalmente os setores sociais dos países em desenvolvimento, anulando os esforços e as lutas do período pós-colonial e revertendo com uma “canetada” o progresso já conseguido. [...] As medidas de austeridade levam à desintegração do Estado, remodela-se a economia nacional, a produção para o mercado doméstico é destruída devido ao achatamento dos salários reais e redireciona-se a produção nacional para o mercado mundial (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 60).

A reforma estrutural também provocou o desemprego em massa, o crescimento de trabalhos informais, a diminuição de trabalhos com contrato público/estatal, a marginalização da pobreza, a repressão aos movimentos sociais e o aumento da desigualdade social e mais exclusão da população discriminada- por questões étnicas, de gênero, de opção sexual e religião.

Com o objetivo de alcançar o cume do capitalismo no país, o então presidente FHC participa de duas reformas econômicas no país, assim:

[...] a primeira onda de reforma criou as condições mínimas para um processo de renovada acumulação de capital (particularmente pela atração de Investimentos Estrangeiros Diretos- IED), a segunda onda foi além das medidas de estabilização macroeconômica, abertura externa, racionalização e democratização do estado a fim de ‘procurar pragmaticamente uma relação mútua (mais equilibrada) entre o estado e o mercado’ (PETRAS; VELTMAYER, 2001, p. 34).

Na obra de Petras e Veltmeyer (2001) nos é revelado que Fernando Henrique não seguiu à risca os ditames dos órgãos internacionais de economia. Os esforços do presidente se concentravam em acabar com as relações clientelistas, paternalistas e populistas historicamente marcadas por outros governos no Brasil e solucionar o problema de engordar o caixa de capital estrangeiro e o caixa doméstico para impulsionar a ativação do crescimento da ordem capitalista. Todas as medidas delineadas acima seriam concretizadas com a identidade do novo presidente, com direção a uma gestão democrático liberal.

De acordo com Petras e Veltmeyer (2001) um dos setores mais marginalizados e oprimidos no governo do FHC, é o Movimento Rural dos Trabalhadores sem Terra (MST), que inicialmente contou com o apoio do governo federal na criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e buscou locais dos mais hostis e incultiváveis para a transferência dos assentados. As estratégias mais sólidas da privatização na gestão FHC se concentravam na reforma agrária.

No início de seu mandato, o presidente quis abafar e minimizar a ação e a importância do movimento social estigmatizando de “anacronismo histórico”. Após forte mobilização da comunidade MST em 1996 na cidade de Brasília, FHC compactuou com o massacre dos

trabalhadores do campo em todo o seu mandato, não intervindo nos conflitos e absolvendo os culpados na justiça (PETRAS; VELTMEYER, 2001).

Sob estratégia de exportação e modernização agrícola o presidente abateu as chances dos pequenos e médios trabalhadores rurais de competirem no mercado e implantou políticas que beneficiaram as grandes empresas agroindustriais e os latifundiários. Outra pressão do governo para fragilizar a luta dos trabalhadores rurais foi em executar o desmantelamento do INCRA. Diante da opressão e massacre vivido, o MST demonstrou resistência e força para desafiar os ditames da reforma neoliberal e do governo liberal, apostando na força da organização social (PETRAS; VELTMEYER, 2001).

Segundo Petras e Veltmeyer (2001) o capital estrangeiro avistava no Brasil um campo riquíssimo para explorar o meio ambiente e os recursos humanos. Sem perder tempo o capital estrangeiro investiu em grande volume na política do Plano Real e iniciou a atividade em diversas reformas econômicas, incluindo a privatização de órgãos governamentais prestadores de serviço público.

Diante da grande importância mas sem se delongar, são apresentados os impactos do programa de reforma econômica inserido por FHC, demonstrando uma insatisfação quase unânime por parte das classes subalternas e pelos marginalizados na sociedade. O grande número de privatizações e a reforma na previdência social não foram os únicos índices negativos ofertados ao país, mas sim:

Em todos os setores econômicos - finanças, comércio, dívida, investimento, crescimento, emprego e agricultura – a performance do governo Cardoso foi medíocre ou pior: estagnação na agricultura, altíssimas taxas de desemprego, importantes crises financeiras, desequilíbrios financeiros e crescentes pagamentos de dívida. Seu desempenho na área social foi pior ainda: aumentou o déficit interno, subiram as taxas de criminalidade, o subemprego e desemprego chegaram a mais de 20% nas principais cidades, cerca de um milhão de pequenos agricultores teve de migrar, enquanto a propriedade da terra ficou mais concentrada. Na esfera política, as instituições democráticas foram desgastadas pela corrupção que Fernando Henrique fez dos congressistas para garantir legislação favorável, sua legislação por decretos, sua política repressiva para com os trabalhadores sem-terra e sua manipulação da Constituição para assegurar a reeleição (PETRAS; VELTMEYER, 2001, p. 157-158).

Em concordância com Petras e Veltmeyer (2001), a execução do plano macroeconômico de Fernando Henrique detalha não somente as transformações no campo econômico como as

mudanças sociais e culturais no Brasil. A interferência da comunicação e mídia no país contribuíram negativamente para assegurar a presença de um governo forte com discurso disfarçado de emancipador dentro do viés liberal, foi possível conquistar o povo por um período, contudo a sua imagem foi se distorcendo quando o presidente atacou as políticas públicas e sociais atendendo aos interesses da classe dominante e esquecendo a maioria da população em condição subalterna.

1.3 A Emergência do Terceiro Setor no Brasil

Conforme Iamamoto (2012, p. 34), na atualidade “o balanço do neoliberalismo, apresentado por Perry Anderson (1995), parte da constatação que a proposta não é nova, remontando seu surgimento aos anos 1940, formulada por Hayek, em seu livro *O caminho da servidão*”. Ou seja, ocorre um movimento político e ideológico que “reage contra a política keynesiana, contra a ampliação das funções reguladoras do Estado na vida social, em defesa do livre jogo do mercado”. Em continuidade, o pensamento neoliberal se fortalece com a crise dos anos de 1970, visto como a ‘grande saída’ para todos os países, preconizando o desmantelamento dos sindicatos, a competitividade entre os trabalhadores, a flexibilização das relações trabalhistas, as privatizações no Estado, a forte política de ajuste monetário, entre outros.

Nesta perspectiva, “a partir dos anos 1980, o capital procura enfrentar suas próprias contradições implementando iniciativas que permitam a recomposição das taxas de lucro, ao mesmo tempo em que desenvolvem iniciativas que as legitimam socialmente”, sobre a óptica dos ideais (neo) liberais (MOTA, 2010, p.16).

Visando eliminar o questionamento desse subtítulo, a obra de Montañó (2002) demonstra a origem do conceito ideológico de terceiro setor, destacando que Landim (1999, p. 63 apud MONTAÑO, 2002, p. 53) analisa que “terceiro setor não é um termo neutro [...] tem nacionalidade clara [...] e procedência norte-americana” compreendendo que esse nascimento chega em 1978 nos EUA contemplando uma cultura cívica liberal, onde o associativismo e voluntariado fazem parte da cultura. Ironicamente o autor explana onde surgiu esse termo no Brasil. Em nosso país, Ioschpe (1997: II apud MONTAÑO, 2002, p. 53) traz a informação de

que chega por meio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho. Igualmente, o autor aponta que o termo esclarece as esferas anteriores ao terceiro setor “Estado (‘primeiro setor’), o mercado (‘segundo setor’) e a ‘sociedade civil’ (‘terceiro setor’)” (MONTAÑO, 2002, p. 53).

Ao identificar a origem de terceiro setor acima, o mesmo autor apresenta uma “debilidade conceitual” no que tange ao seu nascimento, podendo no Brasil ter iniciado com as Santas Casas de Misericórdia, Cruz Vermelha e outras. Outro questionamento é a “debilidade teórica” do que é formado esse setor, quais tipos de instituições. A terceira debilidade perpassa pelas diferentes instituições com diversos propósitos que se denominam terceiro setor. A quarta debilidade, sugere atenção a perversidade do caráter “não governamental”, “autogovernado” e “não-lucrativo”, destacando que as organizações não-governamentais (ONGs) são financiadas com recursos públicos e não somente de doações e de capital privado (MONTAÑO, 2002, p. 54-57).

Após explorar as diferentes esferas sociais, deixando a modalidade terceiro setor como responsabilidade da sociedade civil, é necessário identificar o provimento dos recursos dessas instituições. Montañó (2002) aponta que há um movimento cultural e ideológico que se estende por meio do apelo sensibilizado com *marketing* e na proteção jurídica com a redução de custos e tributos a quem destina recursos e ainda ‘doa’ a sua força de trabalho gratuitamente a instituições do terceiro setor.

Conforme Montañó (2002) as atividades do terceiro setor devem ser olhadas com profundidade, se abstendo de um olhar superficial que atinge a imagem de “sensibilidade e responsabilidade social do empresariado” todavia, a filantropia empresarial corrobora para manter a boa imagem comercial, a isenção e subsídios de impostos estatais, entre outras vantagens. Com coerência e nitidez o autor demonstra o verdadeiro encarregado em manter os recursos destinados ao terceiro setor:

Na verdade, se os recursos estatais provêm dos impostos sociais, o verdadeiro criador destes fundos é o cidadão. A responsabilidade de dar resposta às demandas sociais continua sendo da sociedade. No entanto, com a ‘reforma tributária’ [...] a transformação de impostos diretos (sobre o lucro, o patrimônio, a herança) em impostos indiretos (particularmente sobre o consumo) desresponsabiliza ainda mais o capital e carrega no trabalhador a maior responsabilidade de financiar o Estado, e o repasse de verbas ao ‘terceiro setor’ (MONTAÑO, 2002, p. 215).

Diante das facilidades ofertadas à parceria público-privado, um elemento fundamental para a expansão do terceiro setor no Brasil se ilustra no processo de crise fiscal ocorrida nas décadas de 1980-90 com a “(contra)reforma do Estado”, que pautada na concepção neoliberal engrena em privatizações de empresas públicas, alterações na previdência social, reforma nos gastos estatais, enfraquecimento da legislação trabalhista e principalmente o abatimento do recurso destinado a área social, que faz o cidadão buscar no mercado e no terceiro setor os serviços da assistência, previdência, saúde e educação diante do desmantelamento do Estado social (MONTAÑO, 2002).

No âmbito das políticas sociais as propostas neoliberais trouxeram a focalização, a segmentação, o reforço do assistencialismo e o enfoque da descentralização como ‘carro chefe’, privilegiando cada vez mais, a responsabilidade individual e a seguida desresponsabilização do Estado acerca dos direitos de cidadania. O chamado terceiro setor surge intensamente nesta conjuntura, trazendo à tona “organizações e instituições - organizações não-governamentais (ONGs), sem fim lucrativos (OSFL), instituições filantrópicas, empresas “cidadãs” [...] e voluntários ou não”. A ideologia do ‘voluntariado’ é investida como ‘solução’ imediata ou para um “novo enfrentamento da ‘questão social’, inserido no atual processo de reestruturação do capital” (MONTAÑO, 2002, p.14). Ou seja:

Numa perspectiva crítica e de totalidade, o que é chamado de ‘terceiro setor’ refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de respostas às sequelas da ‘questão social’, seguindo valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua (MONTAÑO, 2002, p.22).

Assim, fica eminentemente claro, que o neoliberalismo envolve todo um projeto de reformas políticas e sociais no âmbito do Estado e da sociedade civil, privilegiando ações esparsas e voluntaristas, ao invés do fortalecimento efetivo do financiamento público, participativo e democrático das políticas sociais. O que ocorre é uma grande ofensiva aos direitos sociais e trabalhistas das classes sociais que necessitam vender suas forças de trabalho ao mercado. Ou seja, existe uma ‘modernidade às avessas’ para as classes que necessitam trabalhar, com vistas em suprirem suas necessidades básicas e muitas vezes, tendo que se

submeter ao trabalho em condições precárias e até mesmo desumanas. Deste modo salienta-se que:

O discurso neoliberal tem a espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública, a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado (IAMAMOTO, 2012, p. 37).

É possível visualizar as intenções do projeto neoliberal na medida em que as soluções das necessidades básicas do ser humano não são mais caracterizadas como obrigação do Estado e passam a ser função do cidadão e das instituições filantrópicas ou não governamentais. Essa transferência de atividades é fruto da imagem “satanizada” do Estado “(considerada naturalmente como burocrática, ineficiente, de financiada, corrupta)” em contrapartida o terceiro setor é visto como “mais ágil, eficiente, democrático e popular (o de uma “sociedade civil” transmutada em “terceiro setor”) (MONTAÑO, 2002, p.22).

Embora conquistada a Seguridade Social prevista na Carta Maior de 1988, entendida como o direito e acesso a Saúde pública para todos, a Previdência Social para quem contribuir e a Assistência Social para quem necessitar. A entrada do neoliberalismo no país, trouxe à classe trabalhadora uma grande perda acerca dos direitos sociais e trabalhistas, estes conquistados historicamente com lutas sociais e políticas. O “terceiro setor dirige-se fundamentalmente à assistência social, notadamente nos setores carentes” (MONTAÑO, 2002). Nesse seio destaca-se:

Assim, derivando a atenção para as pontuais medidas estatais compensatórias (combate à pobreza, respostas focalizadas etc.) e para as supostas novas respostas do ‘terceiro setor’, escondem-se os verdadeiros fenômenos e esvaziam-se os debates sobre eles: a desregulação da relação capital/trabalho, o esvaziamento dos preconceitos democráticos, a anulação da perspectiva de superação da ordem, a precarização do trabalho e do sistema de proteção social (estatal) ao trabalhador cidadão carente, o peso no trabalhador dos custos do ajuste estrutural orientado segundo as necessidades do grande capital (particularmente financeiro) (MONTAÑO, 2002, p.23).

Segundo Armando Boito Jr. (2012) o mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) representou diversas mudanças na política econômica que repercute nas classes dominantes e nas classes populares. O autor destaca as ações da construção de políticas de Programas de transferência de renda; recuperação do salário mínimo; subsídio nas taxas de juros destinados a instituições de grande patrimônio de recursos financeiros; investimento na crise do capitalismo para manter a economia ativa e investimentos em infraestrutura na construção e manutenção de instituições públicas e espaços de lazer coletivos (BOITO, 2012).

Montaño completa as causas do afastamento do Estado na intervenção da “questão social” de incumbir para o terceiro setor, esclarecendo que não se trata por causas de eficiência “como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado”, tão pouco por motivos no orçamento, “reduzir os custos necessários para sustentar esta função social” (MONTAÑO, 2002, p.23). A causa é:

(...) fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de autculpa (sic) pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda (sic) e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial (MONTAÑO, 2002, p.23).

Assim, parte-se de um primeiro pressuposto: em tempos neoliberais os assistentes sociais devem articular suas lutas com as lutas das classes trabalhadoras, com vistas numa maior articulação de forças políticas, capazes de enfrentar a reprodução da ordem vigente e lutar pela ampliação dos direitos conquistados e dos não conquistados.

O confronto político e ideológico entre as classes sociais sempre esteve presente na história da humanidade, assim como, as disputas por projetos societários distintos. Como menciona Marx (2008, p.08), na passagem do Manifesto do Partido Comunista, “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (COUTINHO, 2011, p. 63). A afirmação da classe trabalhadora na luta contra o capital demonstra sem dúvida, uma continuidade histórica e representa implicitamente “o processo de formação de uma determinada vontade coletiva” na luta contra um projeto de sociedade anti-democrático.

As lutas sociais e políticas das classes subalternas no âmbito da sociedade civil e do Estado estão em voga na sociedade contemporânea, contudo, estão sendo capitaneadas pelas mídias populares, muitas vezes, por um viés conformista e anti-revolucionário. Assim, como menciona a professora Ivete Simionatto:

No âmbito da sociedade civil, a classe dominante, através do uso do poder por meios não violentos, contribui para reforçar o conformismo, apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas, reduzindo-as a interesses meramente econômico-corporativos (SIMIONATTO, 2009, p.42).

Este conformismo mencionado pela autora é ideologicamente reproduzido pelas mídias televisivas de ‘massa’ e expressas nas próprias relações sociais dos diversos sujeitos políticos presentes na sociedade capitalista, que contribuem e reproduzem discursos simplistas e a-históricos, porém, muitos destes discursos geram uma grande ‘despolitização em massa’ acerca das lutas sociais e políticas dos movimentos sociais, estudantis, sindicais, entre outros, no cenário político contemporâneo. Além disso segundo Simionatto (2009) a ideologia neoliberal é anti-democrática, anti-revolucionária e anti-histórica. A mídia brasileira por ser historicamente, um instrumento político eficaz das classes dominantes e do Estado, mantém sua hegemonia apostando na despolitização e na desestruturação das lutas dos trabalhadores. Assim, mantendo e reforçando uma ideologia, fundada no senso comum e na criminalização dos movimentos sociais de classe.

Diante dos indicadores apresentados pelos autores verificando a perversidade da lógica do terceiro setor, no próximo capítulo, apresentar-se-á que dentro do assédio ao investimento no terceiro setor pelos seus diferentes benefícios, há instituições éticas e comprometidas com ações que resultam no bem estar e na possibilidade de desenvolvimento local de onde a instituição está inserida, impactando nas relações humanas e alterando principalmente o panorama dos grupos socialmente excluídos.

2. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO GUGA KUERTEN

A formação do profissional em Serviço Social perpassa pela atuação no campo de estágio supervisionado e concomitantemente na instituição de ensino com a disciplina Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular, sendo acompanhado na opção não obrigatório ou em dois módulos de estágio curricular obrigatório, conforme preconiza o currículo do curso de bacharel em Serviço Social de 1999/1 da Universidade Federal de Santa Catarina.

Nesse capítulo abordar-se-á as particularidades da vivência no campo de estágio realizado no Instituto Guga Kuerten (IGK) na opção de estágio curricular não obrigatório I e nos níveis de estágio curricular obrigatório I e II.

O envolvimento dessas duas dimensões diferentes, porém interligadas: supervisão com o docente na academia e a prática supervisionada com o profissional da instituição aproxima o estudante da realidade e do cotidiano das atividades do assistente social, desenvolvendo a capacidade para unir os conhecimentos teóricos adquiridos durante o ensino dentro da universidade e os conhecimentos práticos experimentados no exercício do estágio supervisionado, reconhecendo que a teoria é aplicada de forma gradual e de acordo com a realidade institucional. Entende-se essa etapa para conclusão do processo de formação profissional como imprescindível, identificando a sua função:

O estágio é concebido como processo de qualificação e treinamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do aluno, inserido no campo profissional, em que realiza sua experiência de aprendizagem sob a supervisão direta de um assistente social, que assume a função de supervisor de campo. O acompanhamento acadêmico do estágio é uma atividade realizado por um (a) professor (a) de Serviço Social [...] assumindo o papel de supervisor acadêmico (IAMAMOTO, 1998, p. 290).

A partir desse processo, destacar-se-á os mecanismos e estratégias do Serviço Social na instituição da sociedade civil – que obteve o seu espaço legitimado com o afastamento do Estado, recebendo como propósito complementar as práticas governamentais para suprir as necessidades da população. Nessa perspectiva ilustrar-se-á como as ações do Instituto Guga

Kuerten (IGK) se concretizam para garantir os direitos aos usuários atendidos, interagindo especialmente na área em que se obtém contato de aprendizagem - o Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida. Para dimensionar o exercício profissional do Serviço Social na instituição, serão explanadas sucintamente as demais atividades e atribuições desempenhadas pelos profissionais da área dentro da referida instituição.

2.1 O instituto Guga Kuerten

O Instituto Guga Kuerten (IGK) foi fundado em agosto de 2000, com o intuito de oficializar as ações que até então eram filantrópicas, realizadas pela família Kuerten. O tenista Gustavo Kuerten, se tornou protagonista nas ações sociais ao ganhar campeonatos mundiais de jogos de tênis, que possibilitaram maior investimento financeiro na área social, contribuindo com os objetivos fundamentais da República Brasileira demonstrada em seu artigo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88): “I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; IV – promover o bem a todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” dando continuidade as ações locais que a família já implementava, a assistente social aposentada e mãe do tenista, Alice Thümmel Kuerten se envolveu visando a criação da instituição (IGK, 2014a).

Viu-se no 1º capítulo que a reforma do Estado possibilitou a abertura de um novo setor, que não é conduzido pelo mercado nem pelo Estado, que o crescimento do chamado Terceiro Setor busca comprometer-se com a sociedade civil, aproximando alternativas de educação, saúde, assistência social, cultura e outros, a fim de criar respostas criativas para minimizar os riscos que a população vulnerável economicamente, socialmente ou excluída por diferentes naturezas sociais estão expostas na sociedade.

O IGK está regulamentado pelo Código Civil, especificando juridicamente a sua forma no “Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações”, o capítulo II da mesma legislação deixa claro que “Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

A supracitada instituição possui o título de Utilidade Pública nos três âmbitos: Federal conforme portaria nº 2228 e publicação no Diário Oficial da União (D.O.U) nº 230 de 26/11/2008, Estadual na Lei nº 12.637 de 10/07/2003 e Municipal segundo Lei nº 5895 de 31/08/2001. O reconhecimento de utilidade pública está regulamentado no “Art. 1º As sociedades civis, as associações e as fundações construídas no País, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, podem ser declaradas de utilidade pública [...]” Lei nº 91, de 28/08/1935.

Idealizando ser agente transformador dentro da sua atuação local e ofertando ferramentas para o alcance da dignidade humana na aliança com o Estado e instituições privadas, o IGK têm como missão “Articular, promover e apoiar ações que visem oferecer oportunidade de desenvolvimento e integração social para todos os cidadãos, buscando abrir os olhos a cultura de solidariedade entre os membros de nossa sociedade” (IGK, 2014a, p. 4).

Oportuno referir que os recursos para execução dos programas e projetos do IGK provêm da utilização de financiamento público recorrendo a leis de incentivos fiscais que contribuem financeiramente para ações de responsabilidade social, e com recursos privados sob a forma de doações de pessoas físicas, jurídicas e de legislações específicas. Conforme Szazi (2001) as doações de pessoas físicas são concretizadas por vontade e satisfação pessoal, não são dedutíveis no imposto de renda, exceto os destinados aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente na esfera nacional, estadual ou municipal, podendo ser abatido até 6% do total do imposto de renda anual.

As doações de pessoas jurídicas de empresas tributadas pelo lucro real são destinadas para financiar as ações de instituições atuantes nas áreas de educação e de assistência social. Conforme Ato Declaratório nº 26, de 2/12/1997, da Secretaria da Receita Federal, o incentivo fiscal calcula a dedução dos subsídios até o máximo de 1% do imposto de renda correspondente, contudo somente as pessoas jurídicas tributadas pelo regime do lucro real são beneficiadas, excluindo, portanto os demais regimes tributários (SZAZI, 2001).

Há também outros incentivos fiscais, como aquele previsto no artigo 365, II, do RIR/99 (Regulamento do Imposto de Renda), protegido pela Lei n. 9.249, de 26/12/1995, que prevê o abatimento de até 2% do lucro operacional das empresas tributadas também pelo regime do lucro real, tudo conforme observação das regulamentações. Quando a doação for em forma de espécie, esta deverá ser efetuada em conta corrente bancária nominal da instituição beneficiada.

Outra regra muito importante é o dever da entidade civil beneficiária ser certificada como de utilidade pública por ato formal de órgão autorizado pela União (SZAZI, 2001).

O IGK conta ainda com duas leis de Incentivos Federais no qual o IGK capta recursos para o Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida, uma é a Lei nº 8.313 de 23/12/1991 popularmente conhecida como “Lei Rouanet” que tem o objetivo de incentivar empresas privadas a fornecer apoio e recurso financeiro a instituições que disseminem as diferentes formas de cultura e promova a defesa do “exercício dos direitos culturais”, no instituto esse recurso é em apoio ao grupo de dança do IGK.

A Lei de Incentivo ao Esporte também é outra lei que viabiliza a captação de recursos financeiros de empresas privadas na forma de responsabilidade social.

Pensando em atuar no compromisso com a missão institucional, o IGK opta como relevante fundamentar suas práticas educacionais adotando o pressuposto teórico dos “Quatro Pilares da Educação”, construído pelo pensador Jacques Delors em 1996 por meio do relatório anual da Organizações das Nações Unidas (ONU) com participação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (IGK, 2014a). Logo, o instituto acredita na afirmação de Jacques Delors sobre a função da educação:

A educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, espírito, corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritualidade. Todo o ser humano deve ser preparado, especialmente graças a educação que se recebe na juventude, para elaborar pensamento autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (DELORS, 2003, P. 97).

O referido autor sustenta que é preciso valorizar todas as potencialidades do ser humano, levando em consideração a sua cultura, o seu ambiente de convívio e moradia, as suas capacidades físicas e psíquicas, a sua memória, a comunicação e os espaços sociais que esse indivíduo tem acesso (DELORS, 2003, p. 244). Pensando em atender o indivíduo na sua totalidade, analisando as suas particularidades, vulnerabilidades sociais e cívicas e notando a semelhança na identificação com os princípios educacionais defendidos pela UNESCO, o IGK desenvolve as suas atividades com base nos Quatro Pilares da Educação, acolhendo o método para solidificar as ações institucionais (IGK, 2014a).

Na interpretação do IGK, o pilar aprender a conhecer é ofertar às crianças e aos adolescentes, a abrangência do mundo a sua volta de forma crítica, relacionando com a sua realidade para contribuir de forma positiva a emancipação na busca pela sua transformação e preservação de direitos e deveres sociais. Salientando que esse conhecimento que busca-se passar para os usuários, não se concretiza de forma mecânica, mas sim na forma ‘humanizada’, percebendo a importância da sua vida, para os atores sociais que estão a sua volta em forma de comunidade, família, amigos e a sociedade como um todo. [...] O pilar aprender a conhecer é sinônimo do pilar aprender a aprender da UNESCO [...] (IGK, 2014a).

Para satisfazer os anseios do perfil de trabalhador do século XXI, enfrentando a contradição capital x trabalho, se faz necessário desenvolver um ser humano com competências sociais e pessoais, capacitado para resolver conflitos de forma racional sem utilizar a violência, se comunicar com clareza na linguagem oral e escrita, ser criativo, e desenvolver senso crítico para construção de seus próprios ideais, essas são as características do pilar “aprender a fazer” segundo o olhar da instituição pesquisada (IGK, 2014a).

O pilar “aprender a conviver” identifica as dificuldades de se relacionar em um mundo globalizado, competitivo e egoísta, trazendo soluções para o convívio na acepção da valorização do ser humano, respeitando as suas escolhas e crenças, incitando práticas de respeito com o próximo e exercitando ações que desenvolvam atitudes para lidar com os desafios e sentimentos no âmbito pessoal e no coletivo, assim como adotar princípios éticos e relações horizontais com todos os indivíduos da sociedade (IGK, 2014a).

O último pilar adaptado para as práticas do IGK é o pilar “aprender a ser”, que tem o objetivo em fornecer ferramentas aos usuários atendidos para aumentar os seus pensamentos críticos, conseguindo estabelecer o seu próprio juízo de valor, para o usuário explicar com consciência e autonomia as suas habilidades, assim como aprender a lidar com a liberdade e limites do seu corpo e mente e respeitar as limitações nas relações com outros sujeitos (IGK, 2014a).

A metodologia do IGK referenciados pelos “Quatro Pilares da Educação” é utilizada nas atividades educacionais, esportivas e culturais a fim de desenvolver com o público alvo atitudes de respeito, tolerância e solidariedade com os indivíduos da sociedade e na interação com o meio ambiente. O IGK acredita na educação como prática da liberdade e direito que deve

ser assegurado a todo ser humano, defendendo na passagem abaixo a importância em torno de práticas emancipatórias:

É importante, sobretudo, pensar na educação como possibilidade de gerar maior equidade social e mudar o círculo vicioso em que vivemos, no qual as exclusões sociais são encaradas como normais e, portanto, banalizadas. É preciso repensar a existência humana e nos prepararmos para enfrentar os novos desafios políticos, sociais e econômicos da sociedade contemporânea, sem esquecer a essência do ser, seus direitos, valores e princípios (IGK, 2014a, p. 6).

Embora alguns pensadores apresentem críticas ao Terceiro Setor pela postura identificada como antidemocrática, deve-se confiar que os investimentos originados pelas organizações da sociedade civil ou pelo Estado, destinados à educação, configuram-se um meio bem sucedido de politização para alcançar uma sociedade que exerça a cidadania, cumprindo com as suas obrigações e se mobilizando pela garantia e extensão dos seus direitos, estimulando atitudes que contribuem para erradicação do preconceito, da violência, da exclusão na sociedade e do *bullying*³ de modo especial praticado principalmente por crianças e adolescentes.

A metodologia escolhida pelo IGK e a missão da instituição são efetivadas para promover o desenvolvimento humano e social, com o intuito de integrar qualidade de vida, inclusão social beneficiando setores de educação, cultura e esporte às comunidades assistidas. Os programas desenvolvidos no IGK são três: Fundo de Apoio a Projetos Sociais (FAPS); Programa de Ações Especiais e o Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida que abordar-se-á em detalhes mais à frente.

Segundo o Instituto Guga Kuerten, o FAPS dirige as suas práticas para “apoiar financeira e tecnicamente projetos de organizações sociais de Santa Catarina que desenvolvam ações voltadas para integração da pessoa com deficiência”. O orçamento para previsão de gastos do FAPS advém da doação de parceiros da instituição, sendo o recurso é utilizado somente em projetos classificados pelos critérios previamente definidos no edital. Os projetos selecionados

³ “[...] é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro (s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais [...]”. FANTE, Cleo. Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. Campinas: Verus, 2005, p. 28.

a receber assessoria técnica são monitorados para avaliar o desempenho e a efetividade dos objetivos concretizados. Além do monitoramento, são oferecidos cursos e capacitações para as instituições selecionadas aprimorarem as suas ações e minimizar as deficiências apresentadas (IGK, 2014a).

O Programa de Ações Especiais contribui “financeira e tecnicamente” com ações e projetos que compactuem da sua missão e impulsionem efeitos positivos para o crescimento dos usuários atendidos (IGK, 2014a). Outra função do Programa de Ações Especiais é:

[...] desenvolver, propor e participar de ações e políticas de promoção e defesa dos direitos do cidadão, fortalecendo e desencadeando medidas que assegurem a cidadania, dentro dos princípios de igualdade e de respeito, em conjunto com outras organizações que compartilhem destes mesmos objetivos (IGK, 2014a, p. 23).

O Prêmio IGK faz parte de uma das ações do Programa de Ações Especiais que resulta em estimular e agradecer “pessoas, projetos e instituições” que expressem ações inovadoras no Estado de Santa Catarina apresentando o objetivo em promover a inclusão social de pessoas com deficiência, despertando o acesso aos direitos, a empregabilidade, a saúde e a importância do bem estar dos sujeitos com deficiência intelectual, resultando na eliminação das diversas formas de preconceito (IGK, 2014a). Os vencedores do último prêmio se destacaram nas categorias “Jornalismo (Telejornalismo, Mídia Impressa - Grande e Pequena Circulação, Outras Mídias), Projetos Sociais, Ação Educativa e Responsabilidade Ambiental”.⁴

No próximo subtítulo, elucidar-se-á as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, no Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida que envolvem o Serviço Social, a aprendizagem e aproximam a teoria para além da academia.

⁴ Citação extraída da sessão de Notícias do website: <www.igk.org.br>. Acesso em 20 de junho de 2014.

2.2 Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida

Verifica-se na CF/88, um rol de direitos a favor da proteção da infância e da juventude abrangendo direitos e deveres, conquistados com a ligação entre a Constituição Federal Brasileira e o olhar atento a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em seu artigo 227 consta a responsabilização de três instituições:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais [...] BRASIL, Constituição da República, 05/10/1988.

Analisando como competência compartilhada entre família, Estado e sociedade, o IKG também contribui para efetivar os direitos das crianças e adolescentes, primando por ações esportivas, educacionais e culturais realizadas em seu Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida, que tem como estratégia oportunizar alternativas pedagógicas, políticas, literárias, artísticas e esportivas para formação integral de crianças e adolescentes expostos à riscos sociais e em estado de vulnerabilidade econômica e ou educacional (IGK, 2014a).

Sabendo-se que a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA preconiza o lazer e a cultura como norteadores de um pleno desenvolvimento humano destes sujeitos, o Programa se constrói na necessidade de haver uma parceria entre a escola e a instituição, com vistas a promoção educacional, esportiva e de lazer as crianças e adolescentes, contando com o devido acompanhamento de profissionais capacitados para as atividades realizadas e o envolvimento técnico do Serviço Social.

A parceria entre os setores público e privado corroboram para promover espaços de socialização educacional às crianças e adolescentes em fase de desenvolvimento. Deste modo, evidencia-se a necessidade de Programas que promovam a criatividade e a emancipação cultural, esportiva e educacional destes sujeitos, aos quais historicamente, permaneceram à margem destes direitos de cidadania. Partindo da concepção do ECA de que todas as crianças

e adolescentes tem o direito ao pleno desenvolvimento social, político e cultural, entre outros. Mais precisamente:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurado-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA, 1990, p. 33).

Assim, compreende-se que o direito à liberdade, no âmbito para desenvolver práticas de atividades socioeducativas, esportivas e educacionais estão intrínsecos aos direitos sociais, políticos e culturais de cada indivíduo. Ou seja, o direito de participar de atividades junto à sua comunidade é um direito social de cada sujeito, pois como bem preconiza o ECA em seu Artigo 16:

O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
I – ir, vir e estar nos logradouros públicos espaços comunitários ressalvadas as restrições legais;
II – opinião e expressão;
III – crença e culto;
IV – brincar, praticar esportes e divertir-se;
V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
VI – participar da vida política, na forma da lei;
VII – buscar refúgio, auxílio e orientação (BRASIL, ECA, 1990, p. 36).

Nesse aspecto, todas as crianças e adolescentes em fase de desenvolvimento têm o direito de desenvolver suas potencialidades individuais, praticando atividades políticas e culturais, como forma de interagir com outros indivíduos em sociedade, contribuindo assim, com a sua formação humana para o desempenho da cidadania.

Deste modo, identifica-se como de suma importância, a participação da família no desenvolvimento educacional dos participantes, para a troca de conhecimento sobre os avanços e dificuldades dos usuários em processo de formação, o que solidifica as atividades do Programa, tendo em vista, que “historicamente, a família, apesar de sua reconhecida importância na esfera da proteção social, nem sempre mereceu uma cuidadosa atenção no

debate sobre o seu papel no âmbito das políticas sociais, como provedora de bem-estar” (MIOTO, 2008, p. 130).

Resulta-se aqui, a necessidade de articulação coletiva entre o Estado com investimentos em Políticas Públicas e Sociais e a Sociedade Civil com Programas que busquem promover uma maior relação entre escola e a família dos usuários. Imprimindo a presença da família com grande impacto nos resultados propostos e nos objetivos firmados entre a escola e a instituição.

O Serviço Social na instituição se explicita no alinhamento dos pressupostos do Projeto Ético Político no que tange a conferência da autonomia teórica e escolha política de atuação profissional, conduzindo para emancipação do ser humano e desenvolvimento social, em prol da construção e ampliação dos espaços de exercício de cidadania dos usuários atendidos. Observa-se, pois, o quão importante são as escolhas das bases teórico-metodológicas, entendendo a partir do olhar de Iamamoto (2012) como parte fundamental para executar o trabalho do Serviço Social, porque:

[...] contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado (IAMAMOTO, 2012, p. 63).

Durante o processo de aprendizagem no campo de estágio no Instituto Guga Kuerten, percebe-se que os profissionais da equipe interdisciplinar têm autonomia na escolha teórica e política, da qual vão sedimentar o processo de trabalho. Fica claro que as concepções de mundo são construídas por essas escolhas, que refletem na atuação profissional e perpassam por diferentes correntes filosóficas e pedagógicas.

Acredita-se que as múltiplas opções teóricas adotadas pelos profissionais da equipe de profissionais que compõem o Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida, corroboram para maior compreensão da realidade, na busca para solucionar demandas de diferentes naturezas e inter-relacionar o conhecimento para combater a desigualdade, a violência e a opressão vivenciada nas famílias de muitos usuários que conseguem por meio das atividades do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida, visualizar as condições e contradições

sociais em que estão envolvidos, para fomentar as possibilidades e iniciar em maior ou menor grau, a melhoria da sua condição humana.

Tanto nos processos de trabalhos organizados pelos aparelhos de Estado, [...] quanto nas ONGs, os produtos ou serviços produzidos não estão submetidos à razão do capital – que é privada, expressa na busca incessante da lucratividade, isto é, da produtividade e da rentabilidade do capital inicialmente investido. Encontram-se, sim, submetidos à razão do Estado, que é sociopolítica, voltada para a coletividade, para o atendimento de fins públicos, o que não implica desconhecer que o Estado representa a condensação de forças presente na sociedade, dispondo de um nítido caráter de classe (IAMAMOTO, 2012, p. 103).

Ainda que as instituições do Terceiro Setor sejam voltadas para atender o interesse público, os recursos do IGK são limitados e atualmente são oriundos da captação de fundos público e privados como foi apresentada nas formas de financiamento. Essa é uma característica do atendimento focalizado e está atrelado ao serviço da maioria das instituições do Terceiro Setor, nesse viés é preciso delimitar os critérios para atendermos as demandas de acordo com os recursos disponíveis.

Nas etapas de pré-criação do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida, foi realizado um mapeamento para identificar as vulnerabilidades e riscos sociais que os bairros da cidade de Florianópolis-SC e regiões próximas estavam envolvidos sem a presença de Programas Sociais. Esse estudo demonstrou a necessidade da instalação do Programa nos bairros: Itacorubi, Saco Grande, Canasvieiras, e cidades de Palhoça, São José, Biguaçu e na cidade localizada ao oeste catarinense - Campos Novos. Esses bairros e cidades são denominados por núcleos pelo IGK. Os núcleos conseguiram se tonificar com a parceria de outras instituições dispostas a investir em “ações socioeducativas” (IGK, 2014a).

Após o mapeamento da localização formou-se parcerias com as escolas públicas de ensino fundamental e médio dos bairros atendidos, delimitando a faixa etária de 07 a 15 anos de idade para participar do Programa e se admitiu como critérios de seleção a vontade própria em participar, estar apto para prática esportiva, ser usuário do Programa de transferência de renda Bolsa Família e estar em estado de “vulnerabilidade social, econômica e/ou educacional” (IGK, 2014a, p. 25). A triagem é realizada pelos profissionais do Serviço Social e a matrícula é efetivada pelos pais ou responsáveis maiores de 18 anos.

Os sete núcleos assistidos pelo Programa, recebem o total de 700 crianças e adolescentes, divididos em 100 frequentadores em cada núcleo e mais “20 adultos com deficiência intelectual da Cooperativa de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência (COEPAD) denominado Grupo Inclusivo”. O ingresso desses usuários é realizado pela instituição COEPAD e o encontro do Grupo Inclusivo ocorre quinzenalmente no bairro Itacorubi e no bairro Estreito de Florianópolis (IGK, 2014a, p. 25).

Percebendo-se as dificuldades que as crianças e adolescentes têm para alcançar a formação social plena, optou-se em formular as atividades com a participação de diferentes áreas do conhecimento, formando uma equipe interdisciplinar com os profissionais de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Artes Cênicas, Biblioteconomia, Educação Física, Informática e Jornalismo (IGK, 2014a).

Verifica-se que o trabalho exteriorizado pela interdisciplinaridade enriquece as ações do IGK, pois as utiliza com teor de valorização e qualificação de diferentes categorias profissionais, manifestando a atuação em equipe interdisciplinar:

[...] com os demais profissionais do núcleo respeitando a metodologia de trabalho interdisciplinar do IGK, participando efetivamente do planejamento, execução e avaliação das atividades socioeducativas interdisciplinares. O trabalho em equipe exigirá que cada membro reconheça o seu limite técnico de atuação para que este não seja ultrapassado e interfira na área específica do outro (IGK, 2014b, p. 11).

A análise considera a importância da atuação profissional intercalada na troca de conhecimento pelas diferentes áreas das ciências e sugere um olhar atento aos limites e as atribuições privadas de cada profissional, para que a união do saber ofereça complemento na criação de alternativas ou soluções impressas nas demandas do cotidiano profissional, sem desconsiderar ou anular as diferentes disciplinas participantes do trabalho. Além de respeitar o espaço e o sigilo profissional de cada área, se faz presente ter uma atitude interdisciplinar, que é entendida como:

[..] estrutural, havendo reciprocidade, enriquecimento mútuo, com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados. Exige a identificação de uma problemática comum [...] gerando uma fecundação e aprendizagem mútua, que não se efetua por simples adição ou mistura, mas por uma recombinação dos elementos internos (VASCONCELOS, 2000, p. 47).

Os desafios vivenciados na aprendizagem do trabalho interdisciplinar são muitos, pois exige perseverança, humildade na troca de conhecimento, disponibilidade para conhecer o novo, estar aberto a críticas, alternativas e compromisso com o resultado final - que é ser propositivo, respeitando os usuários com as suas crenças e culturas conduzindo os a efetivação da cidadania, com acesso aos bens e serviços necessários a sua reprodução humana.

Não é objetivo adentrar nas particularidades e complexidades que se imprimem no trabalho interdisciplinar, ainda assim, é necessário ressaltar que a interação e envolvimento com respeito às diferenças que cada ciência pode proporcionar em uma mesma atividade, se transforma em ganhos positivos no trabalho com os usuários e são fatores que consolidam o sucesso do trabalho interdisciplinar, contudo

[...] a proposta de interdisciplinaridade convive na prática com uma “sombra” espessa de um conjunto de estratégias de saber/poder, de competição intra e intercorporativa e de processos institucionais e socioculturais muito fortes, que impõem barreiras profundas à troca de saberes e a práticas interprofissionais colaborativas e flexíveis.” (VASCONCELOS, 2000, p. 53).

A atuação profissional no estágio supervisionado dentro da equipe interdisciplinar no Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida se insere no campo socioeducativo, para aproximar-se dos usuários do Programa. É preciso adentrar nas oficinas realizadas pelo Programa, possibilitando o funcionamento da observação, a interação e a investigação das prováveis deficiências e precisões apresentadas pelas crianças e adolescentes durante o processo de aprendizagem nas oficinas. As três atividades executadas pelo programa contemplam as oficinas “Cultural, de Esportes Complementares e de Tênis” (IGK, 2014a, p. 26).

Iamamoto (2012) apresenta que conhecer a realidade e ampliar o olhar para além das funções “burocrática e rotineira” são alternativas que requerem força e nos capacite para a perda da zona de conforto de atividades habituais no campo institucional.

Assim, a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais; todavia impõem limites e possibilidades. Sempre existe um campo de ações para a

ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social (IAMAMOTO, 2012, p. 21).

Em Iamamoto (2012) conclui-se que aprender a seguir em frente e até a recuar no espaço profissional são características que requerem perseverança e compromisso com o coletivo. A esfera de atuação profissional não impossibilita mediações emancipadoras, principalmente quando se conhece a realidade, aumentando o leque de opções “propositivas e não apenas executivas” (p. 20).

No período que antecede a atuação profissional em campo, o Serviço Social e os demais profissionais da equipe interdisciplinar se reúnem quinzenalmente com os educadores dos seus respectivos núcleos, a fim de planejar as atividades futuras e avaliar as ações já realizadas (IGK, 2014a, p. 38). A reunião pode ser coordenada por um dos coordenadores (social e esportivo), ou um dos supervisores institucional (pedagógico e psicológico). O espaço privilegia o debate para indicar alternativas e respostas as diversas demandas, pois “[...] ao reconhecer a complexidade dos fenômenos, está, de modo implícito, reconhecendo dialeticamente a necessidade de olhares diferenciados para um mesmo objeto [...]” (VASCONCELOS, 2000, p. 50).

A reunião de planejamento acontece em cinco momentos distintos, organizados em: Momento de Avaliação – para análise do atingimento do objetivo enunciado nas atividades planejadas e avaliar a qualidade e receptividade dos usuários ao participarem das atividades socioassistenciais (IGK, 2014a).

Momento do Serviço Social – a assistente social e a estagiária em Serviço Social expõem à equipe interdisciplinar, informações que são pertinentes ao grupo e quando necessário resguardando o sigilo profissional, o aluno em formação. Busca também alternativas e reflexões à serem debatidas com a equipe, no intuito de contribuir no desenvolvimento social dos usuários. Esse é um momento privilegiado na reunião porquanto o Serviço Social coletiviza a sua ampla visão da sociedade para romper com ideias de senso comum, e aproxima sugestões que contemplem a essência da realidade e não apenas solucione a aparência como explanou Karl Marx em o “O Capital” (1867) (IGK, 2014a).

Momento da Psicologia – o psicólogo e a estagiária em Psicologia abordam estratégias para situações de conflitos e de superação que podem ser ocasionados tanto no relacionamento interpessoal dos profissionais, como na resolução de problemas que os usuários se inserem, analisando nesse último, o modo como os profissionais produzem respostas aos desafios surgidos do cotidiano de trabalho (IGK, 2014a).

Momento do Planejamento – nessa etapa acontece o rodízio dos profissionais técnicos e dos estagiários de Serviço Social, Psicologia e Artes Cênicas direcionando-os para o envolvimento em uma das três oficinas ofertadas pelo Programa (Cultural, Esportes Complementares e Tênis). Em especial o estagiário em Informática acompanha o rodízio exclusivo da “IGKteca” (Biblioteca Itinerante com obras literárias e recursos de informática) comandada pelo profissional bibliotecário responsável (IGK, 2014a).

A última etapa da reunião, é o Momento de Socialização do Planejamento – que permite compartilhar à todos os profissionais técnicos e estagiários do núcleo, as atividades planejadas em todas as Oficinas do Programa. Após essa ocasião, os profissionais descrevem as atividades e anexam ao programa on-line e arquivo pessoal da instituição para ser entregue aos coordenadores do instituto (IGK, 2014a).

Para direcionar as práticas no Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida, os profissionais do IGK constroem um tema anual ao qual estabeleça união com o método dos “Quatro Pilares da Educação” para guiar as atividades dos núcleos. O tema escolhido no ano de 2014 é “Construindo o Saber” (IGK, 2014a).

Os profissionais que atuam no núcleo com as crianças e adolescentes, identificam com um olhar mais atento as necessidades e as questões latentes e específicas no seu âmbito social que abarcam a vida do público alvo, e com o intuito de questionar conhecimentos e analisar comportamentos que são importantes para a construção do seu ser social é construído coletivamente pelos profissionais de cada núcleo os “Subtemas do Ano”. Os subtemas elencados para elaborar as atividades no núcleo Saco Grande são fundamentados nas questões de:

Sexualidade (foco na valorização da mulher); Saberes Populares (folclore brasileiro); Esportes de Inverno; (Re) construindo o saber construído; Construindo a sua História; Colocando a “Mão na Massa” (atividades com argila e outras técnicas para expressar a arte); Valorização dos Diferentes Arranjos Familiares; Literatura Infantil;

Entendendo que surgem demandas urgentes e diferentes dos subtemas já elencados para serem trabalhados no ano vigente, as temáticas abordadas nos subtemas do ano podem ser mutáveis, na medida que se ponderar a necessidade de alterar, excluir ou adicionar um subtema novo.

O Instituto Guga Kuerten com a sua característica de ampliar o acesso à prática e o envolvimento ao esporte, contribuindo com o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e adultos com deficiência intelectual em “programas esportivos educacionais, de lazer e de inclusão social” previstos pela Lei nº 11.438 de 29/12/2006 (Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências), resultando em melhoras da saúde dos usuários, da autoestima, do convívio social e da qualidade de vida como um todo.

O Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida no Núcleo Saco Grande, executa as suas atividades nas quartas e sextas feiras, no período matutino às 8h00 com saída às 11h30 e vespertino com entrada às 13h30 e saída às 17h00. Os usuários frequentam o Programa no período de contra turno escolar como um complemento da educação na escola, (IGK, 2014a).

Aos receberem os usuários no espaço onde ocorre o Programa, os profissionais situados em cada oficina especificam o objetivo da atividade do dia e estabelecem a argumentação da escolha para a proposta, essa ação é designada como “roda inicial”. O “desenvolvimento” das oficinas é o momento em que o planejado em reunião é transformado em realidade. Após a execução da atividade é realizado a “roda final” que dialoga com os usuários sobre a importância de abordar o tema já executado e é o momento que avalia com o público alvo o alcance ou não do aprendizado proposto naquele dia (IGK, 2014a).

A oficina Cultural, é desenvolvida por uma pedagoga que cria atividades para contemplar conhecimentos gerais de português, matemática e geografia, disseminando também o conhecimento artístico em forma de pintura, artesanato, teatro, jogos educativos e igualmente utiliza recursos audiovisuais como filmes, documentários e desenhos para debaterem sobre

temas diversos. Nessa oficina é escolhido um espaço físico protegido de sol e chuva, contendo mesas e cadeiras para os usuários (IGK, 2014a).

A oficina de Esportes Complementares é desenvolvida por um profissional Educador Físico para proporcionar o contato com diferentes modalidades esportivas, contribuindo com a experimentação e aprendizagem motora de crianças e adolescentes. Os benefícios avaliados por essa oficina, perpassam o desenvolvimento físico dos usuários, porque identifica-se que atingem também a melhoria na elevação da saúde como um todo, aliada a orientações sobre alimentação saudável, bem estar e respeito aos limites do corpo. O espaço utilizado para execução dessa oficina é uma quadra poliesportiva onde possibilita ampliar o repertório de diferentes movimentos e habilidades provocadas no envolvimento com os esportes (IGK, 2014a).

A oficina de Tênis, é ofertada por um profissional com graduação em Educação Física e com especialização em Tênis, esse profissional se responsabiliza em aproximar a prática elitizada do Tênis ao acesso popular, trazendo fundamentos científicos e regras do jogo oficial de Tênis para o universo dos usuários. Por ser uma oficina com atividades físicas, a elaboração das atividades transmite o desenvolvimento físico, psíquico e social paralelo ao cognitivo, por meio de operações práticas/teóricos engajados com métodos que produzam respeito e paz para os usuários compartilharem no seu convívio em sociedade (IGK, 2014a).

Para integrar o conjunto de atividades frequente nos núcleos atendidos pelo Programa, utiliza-se outras dinâmicas para contribuir no desenvolvimento do público alvo do Programa, assim, percebendo a dificuldade das crianças e adolescentes com a alfabetização e o distanciamento com as obras literárias e demais gêneros textuais, foi lançado a biblioteca itinerante (construída em um veículo ‘Marter’) com anexo a ferramentas de multimídia (contendo notebooks, modems para acessar internet, caixa de som e projetor multimídia), a IGKteca (biblioteca itinerante) possui um acervo com mais de 3000 mil obras literárias de diversos gêneros, o profissional responsável pela IGKteca é o bibliotecário e para contemplar os recursos de informática que a IGKteca abriga, um estagiário em ciência da computação acompanha o bibliotecário no rodízio de atividades nos seis núcleos da grande Florianópolis (IGK, 2014a).

Também desse desejo nasceu o grupo de dança denominado ‘IGK Dance’, lançado em 2013, promove espetáculos, participam de oficinas de aperfeiçoamento e técnicas de expressão

corporal e como produto final realizam apresentações ao público sem cobrança de ingresso, com coreografias ensaiadas pelos participantes do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida (IGK, 2014a).

Buscando encorajar o hábito da leitura com os usuários e aproximar a família do processo de aprendizagem dos filhos, criou-se o projeto “IGKlivros em movimento” onde os usuários levam livros para a sua residência e podem incentivar a família a usufruir do momento de leitura compartilhado. O objetivo desse projeto é construir o hábito da leitura com os usuários e compartilhar com a família o momento da leitura. Na devolução dos livros emprestados, o usuário entrega o registro de leitura que sintetiza como aconteceu a leitura da obra, apresentado um resumo da obra e relatando alguma dificuldade e ou avaliação do livro (IGK, 2014a).

Valorizando a produção artística, cultural e contemplando atividades de destaque no núcleo, é confeccionado o ‘IGK News’, que é um jornal com publicação bimestral, acolhendo o depoimento dos usuários e abordando matérias com informações de saúde, alimentação, educação e curiosidades para o público alvo. A circulação do jornal é apenas no âmbito interno dos núcleos e a responsável pela edição é a profissional em Jornalismo (IGK, 2014a).

Idealizando reunir todas as crianças e adolescentes participantes do Programa em um momento de descontração e integração, é realizado anualmente o evento ‘Encontrão’ com atividades lúdicas, educativas, recreativas e culturais em comemoração ao dia das crianças (IGK, 2014a).

Para oportunizar o acesso a ambientes diferentes dos dispostos pelo bairro em que os usuários residem, é realizado dois passeios fora do espaço do núcleo para lugares ao ar livre na natureza ou em instituições que promovam uma experiência prazerosa na vida dos usuários, as crianças e adolescentes participam das atividades fora do núcleo somente com a autorização de um responsável maior de idade (IGK, 2014a).

Para proporcionar a experiência na participação de um torneio de tênis com as regras oficiais, o IGK realiza o “Torneio Internúcleos de Tênis” para o público alvo conhecer como funciona uma competição de tênis, os usuários de cada núcleo do Programa são os responsáveis na escolha da seleção de categorias dos competidores (IGK, 2014a).

Outro evento muito importante para a consolidação do Programa, é a ‘Semana da Família’, nesse dia as famílias dos usuários são convidadas a participarem das atividades e

conhecerem o método da instituição acompanhando os seus filhos/responsáveis nas atividades do núcleo (IGK, 2014a). Avalia-se de forma positiva o envolvimento da família na educação dos usuários, pois consegue-se nesse evento nos aproximarmos dos entes e dialogar sobre os avanços e dificuldades no desenvolvimento dos usuários.

Com o intuito de valorizar os laços de afeto e amizade fora do Programa, no mês de julho os participantes do Programa, podem convidar um amigo da mesma idade do usuário para vivenciarem um dia de atividades no núcleo (IGK, 2014a).

O envolvimento do Serviço Social nas três oficinas do Programa também dirige-se na garantia dos direitos que preconiza o capítulo IV do ECA “Do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”. Compreende-se ainda que a participação do Serviço Social nas oficinas realizadas no Programa não é de cunho esportivo, todavia, são por meio das atividades esportivas, culturais e educacionais que se utiliza os instrumentos do Serviço Social para compreender as dificuldades dos usuários. São esses mesmos momentos que se revelam as desigualdades sociais e as dificuldades desses usuários em interagir com o mundo em que estão inseridos, e é nesse espaço que se estabelece confiança nas relações com os participantes do Programa para intervir de acordo com a sua construção de mundo e projeto de vida. A dinâmica da atuação profissional do Serviço Social no IGK transcorre em:

[...] uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais. Afirma o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 6).

As professoras Abreu e Cardoso (2009) apontam que a relação do Serviço Social com as práticas educativas é imersa as práticas de mobilização social e organização, logo, se imprimem em função pedagógica, podendo defender diferentes projetos societários. Portanto,

A função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da **cultura**, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade. A formação da cultura, no pensamento gramsciano, adequa-se às

necessidades do padrão produtivo e do trabalho, sob a **hegemonia** de uma classe (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 594-595).

As práticas educativas não são atribuições privativas do assistente social e por serem desenvolvidas em distintos espaços sócio ocupacionais, ficam à disposição de vontade política e ou institucional em atenderem a diferentes projetos societários das classes sociais, todavia as autoras acreditam que as práticas educativas em forma de mobilização social e organização são “elementos constitutivos e condição indispensável na concretização das práticas educativas desenvolvidas pelo assistente social [...] vinculam-se [...] a diferentes projetos profissionais e societários” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 602).

Os diferentes projetos sociais podem ser utilizados para: propor um novo modelo econômico, garantindo a emancipação humana ou podem contribuir para a conservação da ordem capitalista buscando atividades conservadoras, moralistas com tendência a culpabilizar o sujeito e consolando a manutenção da classe subalterna (ABREU; CARDOSO, 2009).

O Serviço Social no Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida efetiva as suas ações com atividades, que provocam a reflexão e apresentam informações aos usuários para formarem criticamente a sua própria opinião, no desígnio de possibilitar que essas crianças e adolescentes alcancem a vida adulta refletindo atores sociais engajados com lutas coletivas que dimensionam a ampliação e garantia dos direitos, ao respeito a diversidade e a liberdade, a defesa de todas as formas de vida. Que lutem pelo acesso a saúde, educação, trabalho e habitação sem distinção de classe social e gênero, e por fim, por uma política previdenciária que permita os contribuintes de se aposentarem saudáveis, assegurando saúde física, psíquica e social para usufruírem a sua velhice em condições digna. Os anseios traduzidos aqui perpassam por luta de classes e disputa por hegemonia que tencionam a construção de projetos coletivos e direcionem os usuários a emancipação política e humana.

O Serviço Social no Programa se consolida por meio dos instrumentos técnicos que identificam as demandas e esboçam possibilidades para a atuação profissional com:

- **Visita domiciliar**, com o intuito de conhecer a dinâmica familiar e a sua realidade, e junto com a equipe interdisciplinar contribuir no desenvolvimento social do usuário.
- **Visita institucional**, com o escopo em conhecer o trabalho da instituição e trocar conhecimento para melhor intervir com os usuários atendidos.

- **Contatos presenciais e telefônicos** com os pais e responsáveis dos usuários atendidos, com o objetivo de trocar informações sobre o desenvolvimento do educando e ou dialogar sobre algum ocorrido que foi de encontro com as normas estabelecidas pelo programa.
- **Acompanhamento em passeios e atividades fora do espaço de programa**, com finalidade de proporcionar aos educandos a interação cultural e social fora do seu cotidiano.
- **Ação efetiva em acolhimento** e atividades lúdicas para contribuir no desenvolvimento social e cognitivo, provocando reflexão e interesse em adquirir e valorizar as suas experiências pessoais e familiares.
- **Mobilização da comunidade atendida**, para divulgação de ações de interesse público no acesso aos direitos.

Nessa esfera é preciso analisar a instrumentalidade do Serviço Social com base crítico-dialética, solidificada na totalidade das relações sociais baseada com partícipe da divisão sócio e técnica do trabalho, com atuação pautada no Código de Ética Profissional, na Lei que Regulamenta a Profissão e nas Diretrizes Curriculares se expandindo na produção e disseminação do conhecimento onde baseia a instrumentalidade nas dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica.

Destaca-se a defesa de práticas educativas no Serviço Social é legitimada quando compreende-se que:

[...] o assistente social não trabalha só com coisas materiais. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. Os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem que tenham uma *objetividade* social (e não material), expressando-se sob a forma de serviços (IAMAMOTO, 2012, p. 68).

A intervenção profissional propicia a implementação de diversas ações que desenvolvam o ser humano para o enfrentamento da desigualdade social, da violência, da pobreza e da Questão Social no seu âmago. As crianças e adolescentes têm um papel importante na sociedade, a partir do momento que podem ser politizadas para exercerem e cumprirem com

o seu direito de cidadãos, e serem futuros pensadores, conscientes com a realidade e comprometidos com a mudança social rumo à emancipação humana.

2.3 Potencialidades e Limites ao Terceiro Setor

O presente trabalho demonstrou que o surgimento do Terceiro Setor, se concretiza com a consolidação do ideário Neoliberal na reestruturação da função do Estado, agindo com mais efervescência no Brasil em meados dos anos de 1990, na perspectiva da sociedade civil organizada integralizar os serviços sociais que o Estado se abstém em suprir. Se afastando da lógica de solidariedade, Montañó (2002) elenca diversas caracterizações de Terceiro Setor originada por diferentes autores em sua obra, classificando em:

a. *organizações não-lucrativas e não-governamentais* – ONGs, movimentos sociais, organizações e associações comunitárias [...]; b. *instituições de caridade*, religiosas [...]; c. *atividades filantrópicas* – fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã, que teriam “descoberto” a importância da “atividade social” [...]; d. *ações solidárias* – consciência solidária, de ajuda mútua e de ajuda ao próximo [...]; e. *ações voluntárias* [...]; f. *atividades pontuais e informais* [...] (MONTAÑO, 2002, p. 181-182).

As instituições do Terceiro Setor têm múltiplos valores e diferentes ferramentas para se articular com o Estado e com as empresas privadas em função de devolver serviços sociais a população. Mediante o repasse de verbas públicas, legitimadas nas leis de incentivos fiscais e de recursos privados, provenientes da captação de patrocinadores, o afastamento do Estado e a precarização na elaboração e implantação de políticas públicas e sociais, favoreceram o aumento de empreendimentos do Terceiro Setor, que não se estabelecem pelas normas do Mercado, nem pelas normas do Estado.

As instituições do Terceiro Setor se articulam com as Redes e com os Movimentos Sociais, e nesse sentido, Gohn (2008) assinala o que outros autores produziram sobre o conceito Redes, citando:

Barnes (1987) a definiu como o conjunto das relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, num dado campo social, composto, por exemplo, por uma série de atividades, eventos, atitudes, registros orais e escritos etc. Mas foi Castells (2000) que a inscreveu no cenário das ferramentas metodológicas contemporâneas ao tratar a sociedade globalizada como uma rede. Numa sociedade fragmentada e polimorfa, a tendência dos grupos sociais organizados é se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes (GOHN, 2008, p. 59-60).

A autora destaca, que a participação da sociedade civil nos diversos espaços públicos institucionalizados, não afasta o Estado da sua função, na verdade robustece a população, para a construção e ampliação dos direitos sociais, e pela conscientização do controle social, verificando a qualidade e a efetivação dos serviços ofertados pelo Estado e pela Sociedade Civil representada aqui pelo Terceiro Setor (GOHN, 2008).

De acordo com Gohn (2008), compreende-se os movimentos sociais como parte da sociedade civil, marcando o seu protagonismo no Brasil a partir da década de 1990. Salienta-se aqui o nascimento de outro sujeito sociopolítico advindo dos “movimentos sociais populares do campo”, nomeados em Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse viés, outros movimentos populares em forma de ONGs e diferentes instituições do Terceiro Setor, passaram a chamar a atenção do poder público para solucionar as demandas da população.

Nesse cenário, acentuou-se a necessidade do resgate do perfil político da articulação em redes, entre os movimentos sociais e os gestores de políticas, para criarem espaços públicos de debate, com o intuito de promover um diálogo entre os diversos atores do Terceiro Setor tencionando o Estado a fornecer condições estruturais e financeiras para superar demandas sociais e transformá-las em garantia de direitos. O avanço do Terceiro Setor, refletia na conjuntura do Estado, que percorria pelo:

[...] desmonte de políticas sociais pelas políticas neoliberais e sua substituição por outras políticas, em parceria com ONGs e outras entidades do Terceiro Setor; a fragmentação da sociedade pela desorganização ou flexibilização do mercado de trabalho levando ao crescimento do setor informal; a defasagem na qualificação do mercado de trabalho face à era da tecnologia, comunicações e informação, levando a novas exigências no campo da educação, formal e não formal, face ao mundo globalizado etc. (GOHN, 2008, p. 81).

A crise anunciava a parceria de novos arranjos políticos e institucionais, permitindo o fortalecimento do Terceiro Setor no compartilhamento da responsabilidade das demandas sociais. Essa realidade, delimitou uma nova arena de atuação na sociedade civil, no que concerne a participação da população no emprego da cidadania. Verifica-se nesse contexto, uma importante contribuição do Terceiro Setor para desempenhar o seu papel na sociedade da melhor forma possível, invadindo na sociedade o desejo para mobilização e organização popular na luta pela expansão dos direitos (GOHN, 2008).

As instituições do Terceiro Setor transitam e atuam em diferentes campos, trabalhando com os:

- I) Direitos de Terceira Geração: gênero, meio ambiente (físico, vegetal e animal); direitos humanos, etnias, sexo. Direitos de cidadania, em suma.
- II) Áreas Sociais Básicas – Direitos Sociais ou de Primeira Geração: Saúde, Educação, Moradia, Alimentação.
- III) Grupos Sociais clássicos no atendimento da Assistência Social: crianças, jovens/adolescentes, idosos.
- IV) Área da cultura: clássica (música, dança, literatura, pintura, escultura, teatro e comunicações); diversidades culturais, defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico dos povos.
- V) Grupos vulneráveis e causas sociais: pobreza socioeconômica (GOHN, 2008, p. 90).

No que se refere ao atendimento realizado pelas ONGs, o trabalho em projetos e programas de temáticas específicas contribuem de forma focalizada, distribuindo os serviços de forma seletiva em cobertura “local, regional, nacional e transnacional” (GOHN, 2008, p. 90) atuando de forma reduzida, sem abranger a totalidade de demandas surgidas no espaço atuante.

A crítica a forma de atendimento focalizada é compreendida para Faleiros (1999, p. 161) na lógica de “parcialidade, da fragmentação, da redução do direito. A focalização sem universalização discrimina e corrói a relação com o direito, passando a considerar o benefício como ato pessoal destituído de cidadania” (FALEIROS, 1999 apud SANTOS, 2007, p. 68). A questão provoca o debate, para reconhecermos as dificuldades da população, utilizando um olhar amplo, direcionando os serviços como demanda coletiva e não unicamente a demandas pontuais de áreas geográficas que expressam maior vulnerabilidade.

A emergência de atendimento global, assinala a manifestação da sociedade em garantir a universalização no acesso aos serviços assistenciais, convergindo para a democracia ao

garantir programas sociais e políticas públicas que ofertem serviços sem limitações de atendimentos e sem restrições de critérios, pois a seletividade “rege-se pela intenção de eleger, selecionar, optar, definir quem deve passar pela joeira ou pelo crivo” (BOSCHETTI, 2001 apud SANTOS, 2007, p. 79).

Salienta-se que os serviços assistenciais quando associados a universalidade podem apresentar algumas particularidades de focalização, entendendo que “focalizar, nessa direção não é restringir o acesso aos direitos, mas no universo atendido diferenciar aquelas que necessitam de atenção especial para reduzir desigualdades” (SILVA, 2001 apud SANTOS, 2007, p. 79-80). Conclui-se que tão importante quanto universalizar o acesso nos programas sociais é avaliar o impacto dessas intervenções no processo de funcionamento dos serviços, disseminando o hábito investigatório e exercitando o controle social, Sérgio Haddad no Jornal Folha de São Paulo alerta que:

Uma das dificuldades em compreender a natureza e o papel das ONGs está no fato de que, sob uma mesma nomenclatura, podemos encontrar uma infinidade de entidades com histórias, tamanhos, missões, modelos organizacionais e mecanismos de sustentabilidade completamente diferentes uns dos outros. Por se definirem como não – Estado e por suas características de organização sem fins lucrativos – sendo um não-mercado, portanto –, cabem aí gatos e sapatos (HADDAD apud GOHN, 2008, p. 88).

A exigência se pauta na identificação dos interesses, no que pertence a luta coletiva da população e no que envolve a disputa por interesses privados da minoria representada pela classe burguesa. A autora desperta a atenção para a intencionalidade das ONGs, que horas podem apresentar projetos comprometidos com a emancipação humana e em outra conjuntura podem salientar ações políticas de caráter duvidoso, admitindo um retrocesso na defesa dos direitos (GOHN, 2008).

É impreterível destacar o reconhecimento do Terceiro Setor a ação educacional, respectivo as ONGs e aos movimentos sociais. Nos movimentos sociais, a autora defende que “[...] aprende-se a descobrir os direitos, agregar interesses, reconhecer os opositores, conhecer os caminhos por onde passam as demandas dentro da máquina burocrática. São escolas de cidadania e de aprendizagem política” (GOHN, 2008, p. 96).

Nas ONGs, aplica-se objetivos diferentes, expedindo o seu formato em organizações que estabelecem níveis de estratificação profissional com sistema de hierarquias e contempla “[...] o trabalho voluntário, há assalariamento, trabalham segundo projetos, etc. A lógica que articula suas relações, tanto internas como delas com a sociedade e com o poder público, é diferente da lógica [...] dos movimentos sociais” (GOHN, 2008, p. 96).

Além desse fato, a prestação de serviços e o desempenho de projetos e programas englobando atividades educativas, se constitui pelo alheamento da lógica do mercado, e pela aproximação da ideia de cooperação e solidariedade. Solidariedade é percebido como:

[...] as relações sociais que grupos de indivíduos estabelecem em busca do acesso ou resgate de direitos de vários tipos; a solidariedade recoloca o tema da igualdade. É uma relação totalmente distinta do assistencialismo que se funda na desigualdade e, usualmente, a mantém à medida que a assistência se estabelece entre os que têm e os que não têm, os assistidos (GOHN, 2008, p. 97).

É certo o destaque recebido pelas ONGs na elaboração e na operação de políticas públicas e projetos, todavia, Gohn(2008) delinea a crítica mais enfatizada pela relação das ONGs com o Estado: “as ONGs estão substituindo o Estado em muitas áreas do social e, com isso, corroborando para as mudanças preconizadas pelos neoliberais, de desativação do papel do Estado em áreas sociais” (GOHN, 2008, p. 102).

Em virtude das exposições acima, suscitar-se-á a crítica segundo o olhar dos autores clássicos abordados na obra de Montaño (2002) fundamentando a questão na perspectiva do liberalismo conservador com o historiador Tocqueville, no neoliberalismo com Hayek, debate-se também com o filósofo da teoria crítica Habermas, logo,

Desses autores, os analistas do “terceiro setor” incorporam algumas das suas idéias (sic) centrais. Partem da concepção segundo o qual o Estado intervencionista (Providência, de Bem- Estar Social) constitui um claro limite da liberdade. Com ele, se estaria seguindo um “caminho da servidão” (Hayek), ou o desenvolvimento de uma democracia tal que permitiria uma “tirania da maioria” dominar as minorias (Tocqueville), ou até a instauração de uma “racionalidade instrumental” que colonizaria o mundo da vida (Habermas) (MONTAÑO, 2002, p. 60-61).

O clássico debate teórico, aponta para a ilustre contradição liberal “entre igualdade e liberdade, entre justiça social e livre-iniciativa, entre sistema democrático e sistema de

liberdades individuais” (MONTAÑO, 2002, p. 61). Esses princípios, colocam em cheque a atuação do Estado que utiliza do seu poder, para apaziguar conflitos na sociedade, realizando a criação de políticas públicas, atendendo a necessidade da classe subalterna e igualmente movimentando a atividade econômica no sistema capitalista, transformando as privações sociais em administração da justiça social.

Vale lembrar que Gohn (2008) menciona uma distinta propriedade das ONGs diante da aceitação da população. Em âmbito de financiamento, foi verificado que o recurso disponível para realização de um trabalho na esfera do Terceiro Setor é inferior ao recurso disponível para produção da mesma atividade em órgãos públicos, admitindo problemas com a ausência da integridade e ética que formatam a corrupção no Estado. Por iguais razões “[...] os trabalhos dos órgãos públicos não aparecem em termos de resultados positivos, são passíveis de procedimentos burocráticos e espaços para desvios na aplicação das verbas” (GOHN, 2008, p. 103-104).

A atividade regulatória do Estado e do Terceiro Setor demonstram conflitos e expressam diferentes interesses, no panorama econômico, o mesmo sistema que se compromete com a redução da pobreza, é o sistema que reproduz as desigualdades sociais e aumenta os índices de desemprego. Na tentativa de harmonizar as relações entre estas instituições:

[...] exige-se que as ações das ONGs tenham vínculos com a sociedade civil organizada, com os movimentos sociais e populares, com as associações de moradores, com todos os grupos organizados que construíram a dura e difícil transição do regime militar à democracia, com todos aqueles que lutaram por direitos sociais no país. (GOHN, 2008, p. 106).

Pode-se enfatizar que o campo profissional em que se obtém conhecimento, Instituto Guga Kuerten, se resume pelo desenvolvimento de propostas que elevam o protagonismo humano, em atividades que respeitam os sujeitos na sua totalidade, com compromisso ético e com transparência em sua administração, utilizando estratégias que visam o desenvolvimento social, psíquico e físico de crianças e adolescentes nas áreas locais atendidas.

Segundo a declaração das famílias atendidas o envolvimento da instituição com as redes sócioassistenciais e com a instituição família expressaram no contato com os participantes resultados de melhorais no convívio social, destacando a redução de envolvimento com

violência, estímulos ao estudo e o desejo da construção de um projeto de vida novo. Nessa perspectiva e diante da estrutura da política neoliberal que exclui e marginaliza a classe subalterna, compreende-se que até mesmo os serviços de abrangência local possuem força para alcançar a transformação social para a dignidade humana e contribuem para estimular a participação social na luta pelos seus direitos.

Com o intuito de pausar o debate, sem a intenção de esgotá-lo, vislumbra-se a articulação da sociedade civil como um todo – ONGs, movimentos sociais, sindicatos, associações de moradores, instituições de ensino, instituições religiosas e outras pertencentes a sociedade civil, frequentando os diversos espaços públicos, com o intento de projetar coletivamente, esforços para construção da materialidade de relações de justiça, igualdade, equidade e liberdade nas relações da reprodução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo percebeu-se que a adoção as políticas neoliberais no Brasil se relacionara em consonância com o modo de produção capitalista, intencionando suas forças ao desgaste das relações econômicas e sociais, provocando a redução dos direitos sociais conquistados pela população e impactando na reprodução de vida dos trabalhadores.

Com a promessa de cessar as dívidas, gerar renda e estabilizar a inflação, as orientações consentidas dos organismos financeiros multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) poluíram o solo, e prepararam o Estado para acionar um amplo programa de ajustes estruturais, agenciando a privatizações de empresas estatais e enfraquecendo a luta dos sindicatos e dos movimentos populares. A flexibilização dos serviços públicos, ofertou espaço para a atuação do “livre mercado” e deu entrada as instituições do Terceiro Setor.

A nova identidade do país possui o escudo do neoliberalismo, reestruturando os serviços públicos com a finalidade de restringir o acesso aos direitos universais, preestabelecendo as necessidades coletivas em condições fracionadas e mediante condicionalidades, neste modelo, seleciona-se o usuário por questão econômica e determina programas focalizados com princípios excludentes.

Nesse trabalho, apresentou-se o protagonismo do Terceiro Setor, que se expandiu fortemente durante a década de 1990 no Brasil, os novos atores sociais se mobilizaram pressionando o poder público e as instituições privadas para contribuírem juntamente com as fundações, organizações não governamental, associações e outras para assumir o compromisso com a população, garantindo a prestação de serviços essenciais como: educação, saúde e assistência social que no momento estão sendo negligenciados pelo Estado.

A nova configuração do Estado proporcionou diversos benefícios ao Terceiro Setor, atraindo não apenas instituições comprometidas com a garantia dos direitos e com a redução da pobreza e da desigualdade social, as facilitações para intervenção do Terceiro Setor dispostas em leis, também atraiu empresas com conduta duvidosa que visam mais a obtenção de lucro do que a responsabilidade com a sociedade na devolução de serviços fundamentais.

O processo de estágio no Instituto Guga Kuerten proporcionou grande aprendizado no campo profissional pois desenvolveu o exercício teórico à prática, sendo oportunizado testar as aptidões e potencialidades na área envolvida a partir dessa aproximação, adquiriu-se compromisso ético profissional e expandiu o fazer profissional utilizando com criatividade diferentes instrumentos para potencializar os efeitos das ações no cotidiano dos usuários que na sua maioria convivem em um campo de vulnerabilidades educacionais, econômica e social.

Entende-se que o Serviço Social no Terceiro Setor é um território amplo com diversas performances e proposições, dessa forma, mantém alguns estudiosos com o olhar duvidoso sobre a intencionalidade dessas instituições. Na aproximação do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida, observa-se o comprometimento dos profissionais em fundamentar as suas ações para:

[...] reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas (IAMAMOTO, 2012, p. 141).

Portanto, os assistentes sociais devem tomar cuidado nas análises da realidade contemporânea, para não caírem em discursos simplistas, moralizantes e preconceituosos acerca da responsabilidade transferida para o cidadão em resolver demandas das quais o Estado se afastou e transferiu para o mercado ou Terceiro Setor.

Por fim, verificou-se a relevância desse estudo para o Serviço Social pelo contexto do Terceiro Setor fazer parte do espaço de lutas da sociedade e suscitar discussões sobre o seu complexo papel na lógica neoliberal onde aprende-se que podem perpassar na construção de serviços que almejem a emancipação dos cidadãos para terem os seus direitos ampliados, reconhecidos e efetivados com consciência crítica ou tendem a perpassar pela reprodução da subordinação, de relações clientelistas que violam e renunciam os direitos sociais.

Constata-se a necessidade da ocupação de profissionais qualificados nesses espaços sócio ocupacionais, evidenciando os distintos atores sociais envolvidos na disputa pelo poder para atender interesses singulares, políticos e ideológicos despreocupados em questionar e intervir nas diferentes faces da Questão Social. Para tanto, é preciso identificar a natureza e o direcionamento das instituições se comprometendo com a efetivação do Projeto Ético Político direcionando a emancipação humana.

REFERÊNCIAS:

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, Paulo Nogueira. Et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. 3ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, Decreto- **lei nº 95.886**, de 29 de março de 1988.

BRASIL, Decreto- **lei nº 91.991**, de 28 de novembro de 1985.

BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV / São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/>. Acesso em 20 de junho de 2014.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. Mobilização social e práticas educativas. In: **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL**. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Capacitação em Serviço Social e política social. Mód. 4. Brasília: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 2000.

CHESNAIS, François: **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

COUTINHO, Nelson Carlos. **De Rousseau a Gramsci. Ensaios de teoria política**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

DELORS, Jacques. Educação: **Um tesouro a Descobrir: Relatório para a comissão internacional sobre educação para o século XXI**. 8.ed São Paulo. Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. Campinas: Verus, 2005.

GIANOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **O PROTAGONISMO DA SOCIEDADE CIVIL: Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 4ª ed., São Paulo, Loyola, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2012.

IANONI, Marcus. **Políticas públicas e Estado: o Plano Real**. Revista Lua Nova, nº 78, 2009.

INSTITUTO GUGA KUERTEN (IGK). **Manual do estagiário, profissional e voluntário**. Florianópolis, [Documentação Interna], 2014a, 50p.

INSTITUTO GUGA KUERTEN (IGK). **Manual para a atuação do estagiário do Serviço Social no Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida**. Florianópolis, [Documentação Interna], 2014b, 27p.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Políticas Sociais: In: BOSCHETTI, I; BHERING, E.R; SANTOS, S.M.M; MIOTO, R.C.T. **Política Social no Capitalismo: Tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez. Ed: CAPES, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro In: Mota, A, E. (Org). **As ideologias da contrarreformas e o serviço social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

NOTÍCIAS. **Prêmio IGK destaca ações solidárias em SC**. Disponível em: <<http://www.igk.org.br/index.php?cmd=noticias&id=132&lang=pt-BR>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle** / Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. **Brasil de Cardoso: A desapropriação do país**; tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2001.

PETRAS, James. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Tradução de Ana Maria Ruediger Naumann... [et al.]. Blumenau: Furb, 1999.

ROCHA, Enid. **A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. 20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social**, Brasília: Anfiip, 2008.

SANTOS, Rubia dos. Rumos da Política Social Brasileira no Século XXI: Focalização e seletividade. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 13, n. 2, p.65-83, 2007. Jul. - Dez.

SILVA, Roberto da, NETO, João Clemente de Souza, MOURA, Rogério Adolfo. (orgs). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia**: uma abordagem gramsciana. In: Revista Katálýsis. Florianópolis: v.12, nº1, Jan Jun 2009.

SMITH, Adam. **A Riqueza Das Nações** – Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas. v. I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1996 (Coleção Os Economistas).

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor**: regulação no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis Ltda., 2003.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). Serviço Social e Interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. In: **Saúde mental e serviço social**: o desafio da subjetividade e interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.

WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo: Argumentos para uma nova esquerda**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.